



PRIMEIRO BOLETIM DE TRABALHO

TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS NA ECONOMIA BAIANA DESDE O INÍCIO DO SÉCULO XXI

Sindicato dos Servidores da Fazenda do Estado da Bahia (SINDISEFZ)

28 de março de 2025



SUMÁRIO

Resumo Executivo.....	3
PRIMEIRA PARTE	8
A Bahia no cenário socioeconômico nacional.....	8
Panorama econômico pela ótica do PIB: Brasil e Bahia em perspectiva	8
Composição do PIB pela ótica da demanda	8
Taxa de crescimento do PIB entre 2003-2024: Brasil, Nordeste e Bahia.....	11
Panorama social pela ótica da renda: Brasil e Bahia em perspectiva	16
Panorama do mercado de trabalho baiano: informalidade e taxa de desocupação	21
SEGUNDA PARTE	27
Principais mudanças na estrutura produtiva do Estado da Bahia	27
Transformações e tendências do VAB na economia da Bahia (2002-2022)	27
Tendências setoriais da economia baiana.....	32
Indústria	33
Serviços.....	40
Comércio.....	45
Agricultura	49
Considerações finais.....	54
Referências	57



Juliano Giassi Goularti¹
Vicente Loeblein Heinen²

Resumo Executivo

Este estudo examina a evolução da economia do Estado da Bahia entre 2002-2024, com foco nas flutuações dos principais setores produtivos e seus impactos no desenvolvimento regional. A análise foi baseada em dados macroeconômicos e setoriais, utilizando uma abordagem descritiva para identificar as tendências, ciclos econômicos e desafios enfrentados pelo Estado ao longo do período. Foram identificadas distintas fases no comportamento da economia baiana desde o início do século XXI, refletindo um padrão de crescimento e retração, influenciado por fatores globais e locais.

Entre 2004-2008, a economia da Bahia experimentou um crescimento impulsionado pelo agronegócio, energias renováveis e turismo, com destaque para o PIB que cresceu 9,4% em 2004. Esse período foi marcado por um cenário favorável que posicionou o Estado como um dos principais motores de crescimento regional. Em 2009, a crise financeira global afetou negativamente a economia baiana, resultando em uma retração de -0,3% no PIB, contrastando com o desempenho positivo do Brasil e do Nordeste.

Entre 2010-2014, a recuperação global criou um contexto mais favorável, mas a Bahia registrou uma desaceleração econômica. O crescimento do PIB foi mais modesto, com média de 2,96% ao ano, refletindo dificuldades internas, como a baixa competitividade em alguns setores e a falta de infraestrutura robusta para apoiar um crescimento sustentável. Já no

¹ Economista, doutor pelo Instituto de Economia da UNICAMP e autor dos seguintes livros: *Política fiscal e desoneração tributária no Brasil*; *Política de renúncia de receita do Estado do Pará*; *Limites e insuficiências na promoção do desenvolvimento socioeconômico*; *A política de renúncia de receita tributária do Estado de São Paulo*; *Desenvolvimento Desigual: Incentivos Fiscais e Acumulação em Santa Catarina*. Também é co-autor do livro *Que conta é essa? O sistema tributário das desigualdades*.

² Assessor sindical, graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e mestrando em Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



período de 2015-2017, o Brasil enfrentou uma crise política e econômica profunda, resultando em uma retração de -2,7% no PIB da Bahia, refletindo as dificuldades nacionais e o impacto da instabilidade política no ambiente econômico.

A partir de 2018, a Bahia iniciou uma recuperação gradual, com um crescimento de 2,3%, acima da média nacional e regional. A pandemia de Covid-19, em 2020, teve um impacto devastador, resultando em uma queda de -4,4%, devido à paralisação de setores vulneráveis como o turismo e os serviços. Entre 2021-2024, o Estado continuou a se recuperar, com um crescimento médio de 3,3%, ainda abaixo das médias do Nordeste e do Brasil. A recuperação foi limitada por desafios estruturais, como a dependência de setores de baixa complexidade, que não geram encadeamentos produtivos suficientes para enfrentar as desigualdades sociais persistentes.

A trajetória dos setores produtivos baianos nas últimas duas décadas revela transformações estruturais e a vulnerabilidade da economia diante de choques externos e internos. Entre 2002-2014, a agropecuária cresceu a uma média de 3,0% ao ano, mas desacelerou entre 2015-2019 (-0,6%) devido à instabilidade econômica e fatores climáticos, retomando o crescimento entre 2020-2022, com alta de 7,3% ao ano, impulsionada pela demanda externa. A indústria teve um crescimento médio de 3,2% entre 2002-2014, mas enfrentou forte retração entre 2015-2019 (-2,6%) e uma recuperação tímida de 0,8% entre 2020-2022. O setor de serviços, que cresceu 3,2% ao ano entre 2002-2014, sofreu queda de -0,9% entre 2015-2019 e apresentou recuperação quase nula (0,1%) entre 2020-2022. O comércio, por sua vez, teve uma retração expressiva entre 2015-2019 (-4,1%) e seguiu em queda no período de 2020-2022 (-2,4%). Já os "outros serviços" mantiveram crescimento constante, com alta de 2,6% entre 2020-2022.

Em termos de políticas sociais, em 2023, o programa Bolsa Família beneficiou 19% das famílias brasileiras, alcançando 14,7 milhões de lares, com maior incidência no Norte e Nordeste, onde mais de 30% dos domicílios recebem o auxílio, enquanto Sul e Sudeste apresentam as menores proporções. A Bahia se destaca como o segundo Estado com mais beneficiários, somando 2,45 milhões de famílias atendidas, atrás apenas de São Paulo. Além disso, o número de beneficiários na Bahia supera o de empregos formais, com 2.456.516 pessoas recebendo o auxílio contra 2.133.391 trabalhadores com carteira assinada, evidenciando a dependência do programa para a subsistência da população e os desafios estruturais do mercado de trabalho no Estado.



O Estado da Bahia enfrenta uma profunda vulnerabilidade social, impulsionada por altos índices de desemprego e informalidade, com 53,7% da força de trabalho atuando sem carteira assinada ou proteção trabalhista, superando a média nacional. A situação é ainda mais grave entre os jovens, com 65,4% trabalhando na informalidade, tornando o Estado o terceiro pior nesse indicador. Não obstante, entre 2012-2024, a Bahia enfrentou uma elevada taxa de desocupação, com picos de 9,8% em 2014 e 21,3% em 2021. Desde 2012, a taxa de desemprego na Bahia sempre foi mais alta do que a média do país. A Bahia permanece em um ciclo de desemprego persistente, com a taxa de desocupação superior à média nacional por mais de uma década. Isso coloca desafios adicionais para o Estado, especialmente no que se refere ao desenvolvimento econômico e à redução das desigualdades sociais.

Consubstanciado a isso, em 2023, a Bahia ocupou a 5ª posição no *ranking* nacional de informalidade, atrás apenas do Maranhão, Pará, Piauí e Amazonas, refletindo desafios estruturais na geração de empregos formais e qualificados. Para os trabalhadores, a informalidade significa a ausência de direitos trabalhistas básicos, como previdência social, seguro-desemprego e acesso a benefícios como o FGTS. Sem garantias de aposentadoria, assistência médica e estabilidade no emprego, milhões de baianos enfrentam ciclos de precarização e insegurança financeira, comprometendo sua qualidade de vida no longo prazo.

Destarte a isso, esse Boletim inclui dados históricos permitindo uma análise comparativa entre diferentes períodos. Essa abordagem facilita a identificação de padrões e ciclos econômicos, além de possíveis variações no comportamento dos mercados. Com essas informações, torna-se viável uma avaliação mais precisa do desempenho setorial, possibilitando a identificação de áreas em crescimento ou retração, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada da dinâmica socioeconômica do Estado baiano. Logo, a evolução da estrutura econômica da Bahia ao longo do século XXI reflete uma trajetória marcada por crescimento, crises e recuperação. As desigualdades sociais continuam a ser o principal obstáculo para o desenvolvimento sustentável e inclusivo do Estado. A falta de uma política de diversificação econômica e a baixa complexidade produtiva da Bahia expõe a fragilidade do Estado diante das adversidades econômicas.

Quanto à fonte desses dados, serão explorados indicadores das principais pesquisas do IBGE que abrangem o Estado da Bahia, quais sejam: Sistema de Contas Regionais (SCR); Pesquisa Industrial Anual (PIA) – Empresa; Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF); Pesquisa Anual de Serviços (PAS); Pesquisa Mensal de Serviços (PMS); Pesquisa Anual de Comércio (PAC); Pesquisa Mensal do Comércio (PMC); e Pesquisa Agrícola



Municipal (PAM). Essa seleção visa oferecer o máximo de subsídios possíveis para analisar tanto a estrutura produtiva presente no Estado (que pode ser analisada a partir de indicadores de “estoque”), quanto às flutuações (o que exige índices de “fluxo”) da produção de seus setores de atividade econômica.

A Tabela 1 sintetiza as fontes de dados utilizadas para cada setor da atividade econômica, especificando suas respectivas abrangências temporais para a análise da economia baiana entre 2002-2024, segmentadas pelos setores indústria, serviços, comércio e agricultura, além dos dados gerais das Contas Regionais. A estrutura da Tabela permite observar a disponibilidade e continuidade das séries históricas, identificando períodos de lacuna ou inconsistência na coleta de determinados indicadores.

Tabela 1: Abrangência temporal de fontes de dados contínuas para a economia baiana entre 2002-2021

	Geral		Indústria	Serviços		Comércio		Agricultura	
	Contas regionais	IBC	PIA	PIM	PAS	PMS	PAC	PMC	PAM
2002	x		x	x				x	x
2003	x	X	x	x				x	x
2004	x	x	x	x				x	x
2005	x	x	x	x				x	x
2006	x	x	x	x				x	x
2007	x	x	x	x	x		x	x	x
2008	x	x	x	x	x		x	x	x
2009	x	x	x	x	x		x	x	x
2010	x	x	x	x	x		x	x	x
2011	x	x	x	x	x	x	x	x	x
2012	x	x	x	x	x	x	x	x	x
2013	x	x	x	x	x	x	x	x	x
2014	x	x	x	x	x	x	x	x	x
2015	x	x	x	x	x	x	x	x	x
2016	x	x	x	x	x	x	x	x	x
2017	x	x	x	x	x	x	x	x	x
2018	x	x	x	x	x	x	x	x	x
2019	x	x	x	x	x	x	x	x	x
2020	x	x	x	x	x	x	X*	x	x
2021	x	x	x	x	X*	x	X*	x	x
2022	x	x	x	x	x	x	x	x	x
2023		x		x		x		x	x
2024*		x		x		x		x	

Fonte: Elaboração própria (2025)

* Estimativas considerando o acumulado até outubro, último dado disponível até o momento de elaboração do estudo



A unidade das análises setoriais realizadas a partir dessas fontes é garantida pela compatibilidade das metodologias das pesquisas do IBGE, que juntas compõem o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) regional pela ótica da produção.³ Também em função disso, o deflator implícito do Valor Agregado Bruto (VAB) setorial será o índice de preços utilizados para a correção monetária de todas as séries históricas analisadas. Este índice tem a função crucial de ajustar os valores nominais, permitindo que as variações nos preços ao longo do tempo não distorçam a análise do crescimento real dos setores econômicos. A utilização do deflator implícito reflete as mudanças no poder de compra da moeda e assegura que as comparações entre os diferentes períodos sejam feitas de forma consistente, sem o impacto de inflação ou deflação.

Ao corrigir as séries históricas com base no VAB, é possível realizar uma avaliação mais robusta das tendências de longo prazo, identificando padrões estruturais de crescimento ou contração nos setores econômicos ao longo do tempo. Esse processo é fundamental para entender a evolução das diferentes áreas da economia e sua resposta a políticas econômicas e contextos externos. Ao comparar diferentes períodos, é possível entender como a economia reage a fatores externos e internos, como instabilidade política, crises financeiras globais, variações nos preços das *commodities* e transformações tecnológicas.

Sendo assim, este Boletim apresentado ao Sindicato dos Servidores da Fazenda do Estado da Bahia (SINDISEFZ), apresenta uma análise da economia baiana dentro do contexto das tendências nacionais, abordando tanto aspectos econômicos quanto sociais. A primeira parte discute um panorama econômico e social do Brasil e da Bahia, destacando a informalidade no mercado de trabalho baiano. A segunda parte examina as mudanças na estrutura produtiva do Estado, com foco nos setores da indústria, serviços, comércio e agricultura.

³ Para mais detalhes, ver as notas metodológicas do Sistema de Contas Nacionais e Regionais do IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?edicao=29420&t=downloads>.



PRIMEIRA PARTE

A Bahia no cenário socioeconômico nacional

Panorama econômico pela ótica do PIB: Brasil e Bahia em perspectiva

Composição do PIB pela ótica da demanda

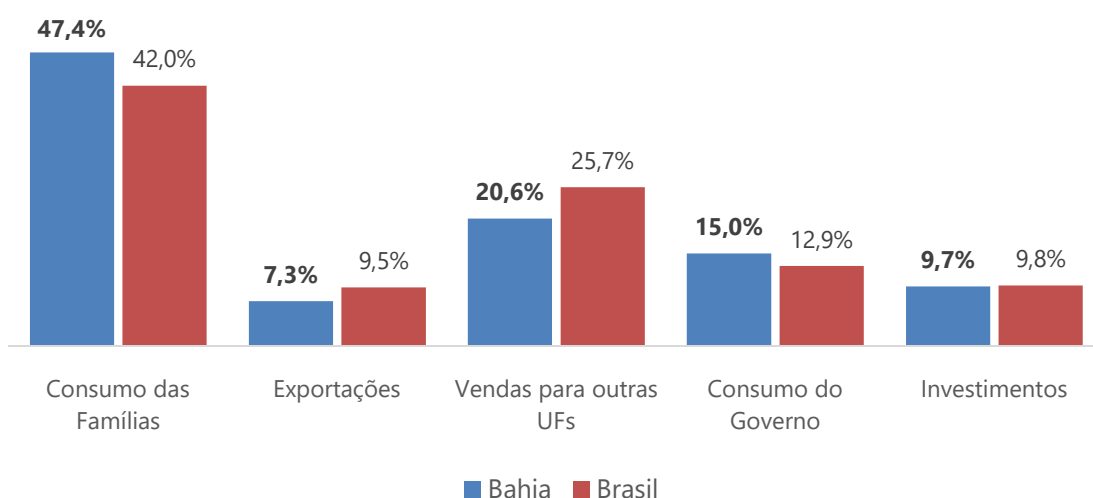
A análise do Produto Interno Bruto (PIB) pela ótica da demanda oferece uma perspectiva para compreender como os diferentes componentes da economia contribuem para o crescimento e a produção de bens e serviços em um país. Ao contrário de uma análise pela ótica da oferta, que foca na produção, a ótica da demanda se concentra nos fatores que impulsionam a compra e o consumo de bens e serviços. Nesse sentido, o PIB é composto por quatro principais elementos: o consumo das famílias, os investimentos das empresas, os gastos do governo e as exportações líquidas (exportações menos importações). Cada um desses componentes reflete



uma faceta da economia e revela como diferentes setores interagem para formar o nível total de atividade econômica.

Dito isso, de acordo com as matrizes de recursos e usos, divulgadas pelo IBGE em nível regional com base nas contas de 2018, o consumo das famílias desempenha um papel fundamental na estrutura econômica da Bahia, representando 47,4% do Valor Adicionado estadual, conforme Gráfico 1. Esse percentual evidencia a relevância da demanda interna como principal motor da atividade econômica, refletindo o peso do consumo privado na movimentação dos diversos setores produtivos. A participação das famílias no Valor Adicionado indica a dependência da economia baiana em relação ao nível de renda da população, às condições do mercado de trabalho e ao acesso ao crédito, fatores que influenciam diretamente a capacidade de consumo e, consequentemente, o ritmo de crescimento econômico do Estado.

Gráfico 1: Composição do PIB pela óptica da demanda (2018)⁴



Fonte: Tabela de Recursos e Usos/ SCR (2022).

⁴ A Composição do PIB pela ótica da demanda é uma forma de analisar o Produto Interno Bruto (PIB) a partir da perspectiva dos componentes da demanda agregada, ou seja, como os diferentes setores da economia contribuem para a produção de bens e serviços. Na ótica da demanda, o PIB é composto por quatro principais componentes: Consumo das Famílias (C): Representa o total de bens e serviços consumidos pelas famílias. É o componente mais significativo do PIB em muitas economias, englobando itens como alimentação, vestuário, saúde, educação, lazer e transporte. Investimentos (I): Refere-se ao total de gastos feitos pelas empresas em bens de capital (máquinas, equipamentos, etc.) e construção, bem como os investimentos em estoque (aumento de estoques de produtos que não foram vendidos). Esse componente também pode incluir os investimentos em infraestrutura. Gastos do Governo (G): Refere-se aos gastos do setor público em bens e serviços, como saúde, educação, segurança, infraestrutura e serviços administrativos. Importante notar que os gastos do governo excluem transferências, como benefícios sociais ou aposentadorias, pois não envolvem a aquisição de bens e serviços. Exportações líquidas (X - M): São as exportações (X) de bens e serviços de um país para o resto do mundo, subtraídas pelas importações (M) de bens e serviços. Se o país exporta mais do que importa, isso contribui positivamente para o PIB. Caso contrário, se o país importa mais do que exporta, isso diminui o PIB.



Por outro lado, o consumo do governo também exerce uma influência na economia baiana, correspondendo a 15% do Valor Adicionado, o que sublinha o papel das despesas públicas no fomento da atividade econômica. Essa participação indica a relevância do setor público como um agente estimulador de diversas áreas essenciais para o desenvolvimento social e econômico. As despesas do governo são particularmente importantes em infraestrutura, onde investimentos em transportes, energia e saneamento básico são fundamentais para melhorar a competitividade do Estado e, também, para atrair investimentos. O gasto público em saúde, educação e serviços públicos reflete o esforço para garantir o bem-estar da população, ao mesmo tempo em que contribui para a promoção da equidade social. Esse papel do governo é especialmente relevante em um Estado onde as desigualdades sociais e econômicas exigem políticas públicas eficientes para reduzir as disparidades e melhorar as condições de vida da população.

No contexto nacional, apesar de os percentuais de consumo das famílias e do governo também apresentarem valores elevados, eles são relativamente menores em comparação com os da Bahia. O consumo das famílias no Brasil corresponde a 42% do Valor Adicionado, enquanto o consumo do governo fica em 12,9%, conforme Gráfico 1. Essa maior dependência da demanda interna na Bahia pode ser vista como um reflexo de uma economia menos integrada a fluxos externos e mais orientada para o mercado interno. O peso do consumo das famílias no Valor Adicionado pode indicar um perfil econômico mais voltado para setores de serviços e bens de consumo, em detrimento de indústrias pesadas ou exportações, características mais pronunciadas em outras partes do Brasil, especialmente nas regiões Sudeste e Sul. Por outro lado, a economia baiana apresenta uma menor dependência das exportações, com uma participação de 7,3%, em comparação com a média nacional de 9,5%.

O Estado da Bahia apresenta uma menor dependência do comércio interestadual em comparação à média nacional, evidenciada pela participação desse segmento no Valor Adicionado. Enquanto, no Brasil, as transações comerciais entre unidades federativas correspondem a 25,7% do Valor Adicionado, na Bahia esse percentual é de 20,6%. Isso sugere que a região possui uma maior autonomia em relação às trocas comerciais com outros Estados. No que se refere aos investimentos, a participação da Bahia é semelhante à média nacional, representando quase 10% da demanda total, sugerindo que, apesar das especificidades do consumo e das exportações do Estado, a dinâmica dos investimentos na Bahia não se distancia do cenário nacional.



Taxa de crescimento do PIB entre 2003-2024: Brasil, Nordeste e Bahia

A análise da taxa de crescimento do PIB dentro do contexto político e econômico de ciclos revela como diferentes períodos da história recente do Brasil foram moldados por eventos que impactaram a confiança dos investidores, do fluxo de capital e das famílias. Entre 2003-2023, o país passou por diversas fases, cada uma delas marcada por desafios e transformações, tanto no cenário global quanto no nacional. Fracionando os períodos de 2003-2008, 2009, 2010-2014, 2015-2017, 2018-2019, 2020 e 2021-2023, conforme ilustrado na Tabela 2, eles refletem as mudanças e implicações que tiveram sobre a economia, destacando as flutuações da taxa de crescimento do PIB e a forma como eventos políticos, econômicos e estruturais influenciaram a dinâmica do mercado nacional, regional e estadual.

Tabela 2: Taxa de crescimento anual do PIB no Brasil, Nordeste e na Bahia (2003-2024)

Ano	Brasil	Nordeste	Bahia
2003	1,10	1,60	2,30
2004	5,80	6,70	9,40
2005	3,20	3,80	4,10
2006	4,00	4,60	3,00
2007	6,10	4,70	4,90
2008	5,10	5,40	5,10
2009	0,10	1,00	-0,30
2010	7,50	6,60	6,10
2011	4,00	4,10	2,10
2012	1,90	3,00	3,00
2013	3,00	3,10	1,30
2014	0,50	2,80	2,30
2015	-3,50	-3,40	-3,40
2016	-3,30	-4,50	-4,70
2017	1,30	1,60	0,00
2018	1,80	1,80	2,30
2019	1,20	1,20	0,80
2020	-3,30	-4,10	-4,40
2021	4,80	4,30	3,00
2022	3,00	3,60	4,20
2023	2,90	2,40	3,10
2024	3,60	3,90	2,90

Fonte: Sistema de Contas Regionais(2024).

Nota: Dados regionais de 2023-2024 (até outubro) e nacionais de 2024 estimados a partir dos índices de atividade econômica do Bacen (2024), IBC-BA e IBC-Br, respectivamente.



Em cada um desses períodos, uma combinação de fatores influenciou diretamente a dinâmica dos investimentos privados. Mudanças nas políticas fiscais, cambiais e monetárias exercem um impacto significativo sobre o crescimento do PIB, pois afetam diretamente o custo do crédito, a confiança dos investidores, a competitividade das empresas e o nível de consumo das famílias. A adoção de medidas fiscais expansionistas como aumento dos gastos públicos ou redução de impostos, pode estimular a demanda agregada, incentivando investimentos produtivos e impulsionando a atividade econômica. Por outro lado, políticas fiscais restritivas podem conter o crescimento ao reduzir a circulação de recursos na economia.

No âmbito cambial, variações na taxa de câmbio afetam a competitividade das exportações e importações, influenciando o desempenho do setor produtivo e a balança comercial. Já as políticas monetárias, ao controlarem a taxa de juros e a oferta de dinheiro, impactam diretamente o custo do crédito e, conseqüentemente, as decisões de investimento das empresas e o consumo das famílias. Esses fatores, combinados, em cada um desses períodos (2003-2008, 2009, 2010-2014, 2015-2017, 2018-2019, 2020 e 2021-2023) moldam a trajetória do crescimento econômico. Um estado de confiança tende a favorecer a confiança dos empresários e consumidores, incentivando investimentos e ampliando a capacidade produtiva, o que se reflete em um aumento do PIB. Por outro lado, incertezas econômicas, políticas ou regulatórias podem desencorajar novos investimentos, frear o consumo e reduzir o ritmo de crescimento da economia.

Quanto a isso, no primeiro período analisado foi caracterizado por um crescimento econômico expressivo tanto em nível nacional quanto regional e estadual. Em 2004, a Bahia registrou um avanço significativo do PIB, com uma taxa de crescimento de 9,4%, superando a do Nordeste (6,7%) e do Brasil como um todo (5,8%). Esse desempenho colocou o Estado como um dos destaques da economia nacional, impulsionado por setores estratégicos como agronegócio, energias renováveis, indústria petroquímica e turismo. Quando se observa a trajetória econômica entre 2003-2008, a Bahia manteve um crescimento médio de 4,8% ao ano, também superior à média do Nordeste (4,47%) e à do Brasil (4,22%). Os fatores que contribuíram para esse crescimento incluem investimentos em infraestrutura, políticas de desenvolvimento regional, incentivos fiscais para a atração de indústrias e o fortalecimento do setor de exportação.

Em 2009, o Estado registra uma queda em seu crescimento, -0,3%, contra um saldo positivo de 1% da região Nordeste e 0,10% do país. Em 2009, a economia global ainda sentia



os impactos da crise financeira de 2008, desencadeada pelo colapso do mercado imobiliário nos Estados Unidos e a quebra do Lehman Brothers. Esse cenário resultou em uma recessão mundial, com queda na atividade econômica, redução dos investimentos e medidas emergenciais de estímulo por parte dos governos e bancos centrais para conter a crise. Países emergentes, como o Brasil, foram impactados pela fuga de capitais e pela redução na demanda por *commodities*, afetando a dinâmica dos investimentos no período.

No quinquênio 2010-2014, a economia global passou por um período de recuperação, refletindo-se no crescimento expressivo do Brasil (7,5%), do Nordeste (6,60%) e da Bahia (6,10%) em 2010. Nos anos seguintes, o ritmo de expansão diminuiu. A média de crescimento do PIB baiano caiu para 2,96%, enquanto o Nordeste registrou 3,92% e o Brasil 3,38%. Diferentemente do primeiro período, em que a Bahia superou o desempenho nacional e regional, dessa vez seu crescimento foi o menor entre os três, evidenciando um enfraquecimento econômico relativo no Estado.

No triênio 2015-2017, o Brasil enfrentou uma crise política que resultou numa crise econômica, caracterizada por uma retração generalizada da economia. A Bahia, como parte integrante desse cenário, também registrou uma queda significativa em seu PIB, com uma média de crescimento de -2,70%. Esse desempenho foi ainda mais negativo do que o observado na região Nordeste (-2,10%) e no Brasil como um todo (-1,83%). A crise econômica teve uma série de consequências para o Estado, refletindo-se em diminuição dos investimentos, redução do consumo e perda de empregos.

Os anos de 2018-2019 marcaram uma recuperação gradual da economia baiana após a retração observada entre 2015-2017. Em 2018, o Estado registrou um crescimento de 2,30%, superando tanto a média do Nordeste (1,80%) quanto a do Brasil (1,80%), o que sinalizou uma recuperação mais acelerada no contexto regional e nacional. A recuperação baiana no biênio 2018-2019 foi ainda mais notável quando comparada com a média nacional e regional. O crescimento médio do PIB baiano durante esse período foi de 1,55%, ligeiramente superior à média do Nordeste (1,50%) e do Brasil (1,50%).

O ano de 2020 foi um marco de crise econômica global sem precedentes devido à pandemia de Covid-19, que afetou praticamente todas as economias do mundo. No Brasil, a Bahia não foi exceção, enfrentando uma queda significativa em seu crescimento, com o PIB encolhendo -4,40%. Esse desempenho negativo foi um reflexo direto das medidas de isolamento social, interrupção das cadeias produtivas e o fechamento de empresas, que impactaram gravemente a economia real e a geração de empregos.



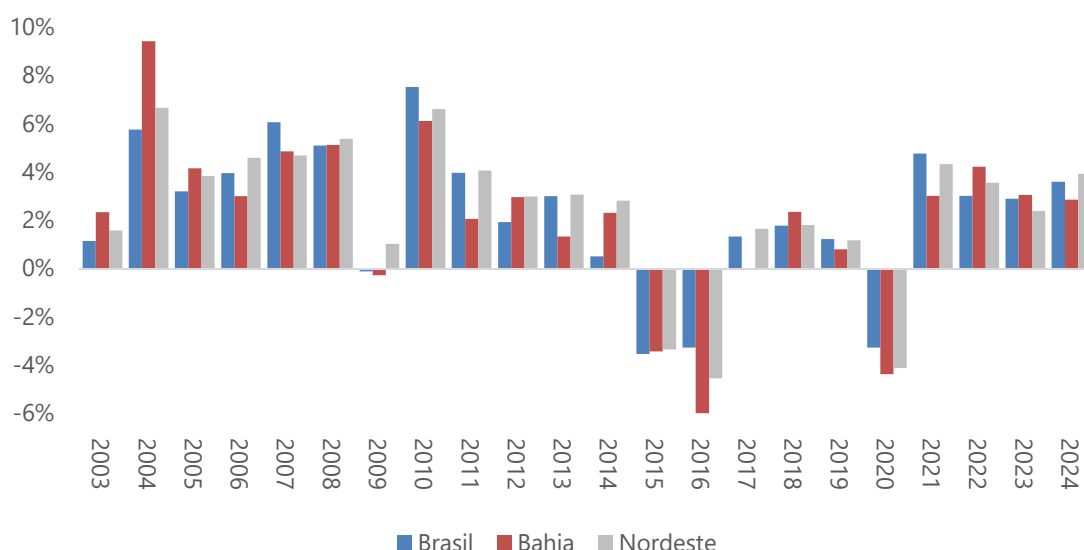
A retração da economia baiana em 2020 (-4,4%) foi levemente mais acentuada do que a média do Nordeste (-4,10%), mas inferior à média nacional, que foi -3,30%. O Estado teve uma contração econômica mais forte devido à concentração em setores vulneráveis a crises externas e internas, como comércio, turismo e serviços, que foram drasticamente afetados pelas restrições e pelo distanciamento social. O setor de turismo, que representa uma importante fonte de receita, sofreu uma queda devido à suspensão de viagens internacionais, ao fechamento de hotéis e atrações turísticas e à redução da mobilidade urbana. A indústria também foi atingida pela paralisação de fábricas, quedas na demanda e a interrupção da cadeia de suprimentos global. O agronegócio, embora tenha sido menos impactado, ainda enfrentou desafios devido a problemas logísticos, especialmente no início da pandemia, afetando a produção e o transporte de *commodities*. A indústria petroquímica, que é um dos pilares da economia baiana, também sofreu com a queda na demanda por combustíveis e derivados, o que agravou a recessão estadual.

Entre 2021-2024, a economia baiana começou a se recuperar de forma mais consistente após os impactos devastadores da pandemia de Covid-19. A normalização das cadeias de suprimentos, que haviam sido severamente interrompidas em 2020, permitiu que setores essenciais, como indústria, comércio e serviços, retomassem suas operações com maior fluidez. Essa recuperação foi impulsionada também pela volta do consumo das famílias, que, após o fechamento das economias em 2020, experimentaram um retorno gradual à normalidade, com o aumento da confiança do consumidor, reabertura de estabelecimentos comerciais e o afrouxamento das restrições de circulação.

A economia baiana registrou um crescimento médio de 3,30% entre 2021-2024, o que foi um sinal claro de recuperação. Esse crescimento foi inferior à média da região Nordeste (3,55%) e do Brasil (3,58%). Isso pode ser explicado, em parte, pelas limitações estruturais da economia baiana, como a alta dependência de setores vulneráveis a choques externos, e pela necessidade de maior diversificação econômica. Mesmo com a recuperação, o Estado ainda enfrentou desafios, como a desigualdade regional e a falta de investimentos em inovação tecnológica e infraestrutura, o que limitou seu crescimento em relação a outras regiões do país. O quadriênio de 2021-2024 foi marcado por uma recuperação gradual da economia baiana, com um crescimento consistente, embora ainda abaixo da média nacional e regional. O Estado conseguiu recuperar parte das perdas causadas pela crise, mas ainda enfrenta desafios significativos para consolidar um crescimento mais robusto e sustentável no futuro.

O Gráfico 2 ilustra as taxas de crescimento do PIB no Brasil e na Bahia entre 2003-2024 explorados na Tabela 2. Durante esse período, tanto no âmbito nacional quanto estadual, é possível identificar fases distintas de expansão e retração da atividade econômica.

Gráfico 2: Taxa de crescimento anual do PIB, Brasil, Nordeste e Bahia (2003-2024)



Fonte: Sistema de Contas Regionais(2024).

Nota: Dados regionais de 2023-2024 (até outubro) e nacionais de 2024 estimados a partir dos índices de atividade econômica do Bacen (2024), IBC-BA e IBC-Br, respectivamente. Gráfico em alusão a Tabela 2.

Entre 2004-2024, a economia da Bahia passou por diversos ciclos, alternando entre períodos de crescimento e retração. A primeira fase, marcada por um crescimento expressivo entre 2004-2008, viu o Estado destacar-se com um PIB crescendo 9,4% em 2004, impulsionado por setores como agronegócio, energias renováveis e turismo. Em 2009, a crise financeira global causou uma retração de -0,3% na Bahia, contrastando com o crescimento do Nordeste e do Brasil. A década seguinte, de 2010-2014, foi caracterizada pela recuperação econômica mundial, mas com o Estado registrando uma desaceleração, especialmente após 2010, quando o crescimento médio caiu para 2,96%. O período entre 2015-2017 foi desafiador, com a Bahia experimentando uma retração econômica de -2,70% devido à crise política e econômica brasileira.

A partir de 2018, o Estado baiano iniciou uma recuperação, com destaque para o crescimento de 2,30%, superando a média nacional e regional. Contudo, a pandemia de Covid-19 em 2020 causou uma queda acentuada de -4,40%, reflexo da paralisação dos setores

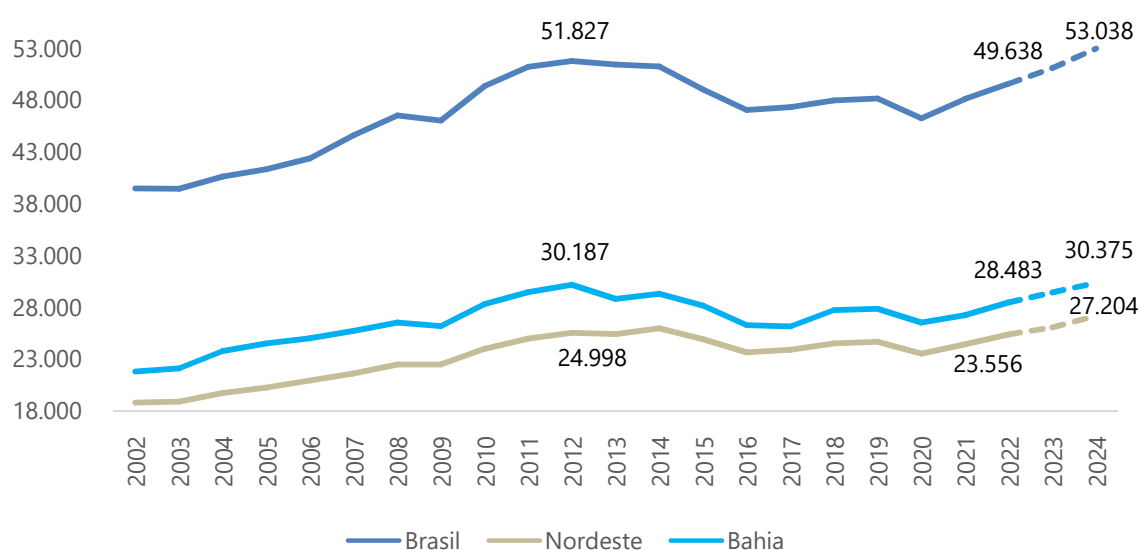


mais vulneráveis, como turismo e serviços. Entre 2021-2024, a Bahia começou a se recuperar, com um crescimento médio de 3,30%, embora ainda abaixo da média do Nordeste e do Brasil.

Panorama social pela ótica da renda: Brasil e Bahia em perspectiva

A Bahia, como muitos Estados do Nordeste, enfrenta o desafio de superar as desigualdades históricas que marcam seu tecido social e econômico. O Gráfico 3 oferece uma análise complementar ao apresentar a evolução do PIB *per capita* regional em termos reais (preços de 2022), destacando que a renda estadual, embora tenha registrado um crescimento nos últimos anos, ainda permanece ligeiramente abaixo da média nacional. Entre 2022-2024, o PIB *per capita* da Bahia cresceu 6,64%, enquanto a média nacional foi de 6,85% e a da região Nordeste alcançou 15,49%. Esses dados indicam que, apesar da recuperação econômica observada em termos globais, o Estado ainda enfrenta desafios significativos em termos de aumento da produtividade e, principalmente, da distribuição de renda.

Gráfico 3: PIB *per capita*, Bahia, Nordeste e Brasil (2003-2024, R\$ a preços de 2022)



Fontes: Sistema de Contas Regionais (2024); Estimativas de População (2024).

Nota: Dados de 2023-2024 (até outubro) estimados a partir do índice de atividade econômica do Bacen (2024), IBC-BA.



Observa-se ainda que o PIB *per capita* de 2024 da Bahia é relativamente o mesmo quando comparado ao ano de 2012, o que aponta para uma estagnação em termos de crescimento real ao longo desse período. A melhoria da renda real *per capita* foi notável até 2012, com um crescimento que refletiu o expansivo ciclo de crescimento econômico que o Brasil e a Bahia vivenciaram no início do século XXI. Nesse período, políticas de inclusão social, o aumento do consumo interno, o fortalecimento de setores como a indústria, agronegócio e serviços, e o *boom* das *commodities* contribuíram para a expansão da renda das famílias. A elevação do salário mínimo e programas sociais como o Bolsa Família também desempenharam um papel fundamental, ampliando o poder de compra das classes de menor renda.

Após 2012, o cenário mudou, e a renda real *per capita* começou a apresentar sinais de estagnação, tanto no Brasil quanto na Bahia. Esse estancamento pode ser atribuído a uma série de fatores, como o enfraquecimento da economia global, a crise fiscal que afetou o Brasil a partir de 2014, e a queda nas taxas de crescimento do PIB, resultando em um menor aumento da produção e da distribuição de riqueza. A concentração de renda e a falta de diversificação econômica dificultaram a melhoria das condições de vida para uma parte significativa da população, impedindo que a renda continuasse a crescer.

De acordo com o último dado oficial divulgado pelo IBGE, referente ao ano de 2022, o PIB *per capita* da Bahia é de R\$ 28,4 mil anuais, o que representa uma renda média de R\$ 2,4 mil por pessoa a cada mês. Esse valor é inferior à média nacional, que no mesmo período alcançou R\$ 49,6 mil anuais, R\$ 4,1 mil mensais. Essa discrepância reflete as desigualdades regionais no país, evidenciando a necessidade de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento voltadas para o fortalecimento da economia baiana. A baixa participação em setores de maior valor agregado e a concentração produtiva em atividades de menor complexidade contribui para essa defasagem, limitando a geração de empregos qualificados e a elevação da renda da população.

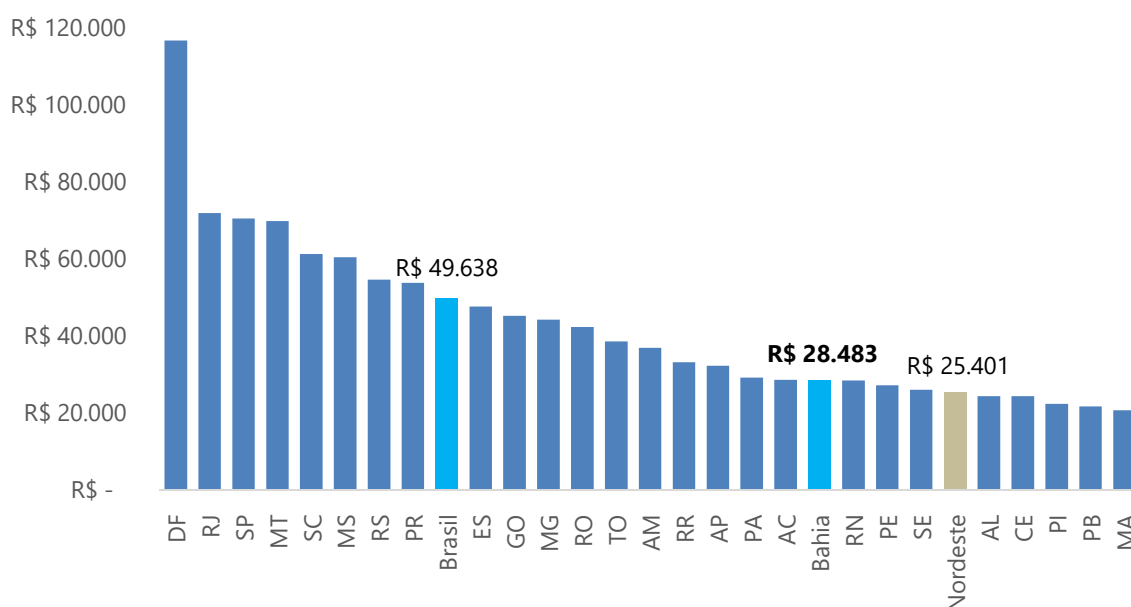
Essa diferença de mais de 40% evidencia as profundas desigualdades econômicas entre a Bahia e o restante do país. Além da disparidade em relação ao Brasil como um todo, a desigualdade dentro da própria Bahia também é marcante. Enquanto algumas regiões metropolitanas, como Salvador e Feira de Santana, apresentam indicadores econômicos mais elevados, o interior do Estado, especialmente as áreas rurais registram níveis alarmantes de pobreza e baixa dinâmica econômica. Municípios do semiárido baiano, por exemplo,



enfrentam dificuldades adicionais devido à escassez de recursos hídricos, baixas diversificações produtivas e menores acessos a serviços básicos, aprofundando ainda mais a desigualdade socioeconômica.

A posição da Bahia no contexto econômico nacional é um reflexo das limitações estruturais que o Estado enfrenta, especialmente quando se observa seu desempenho comparado aos outros Estados do Brasil, ocupando o 9º lugar entre as 26 Unidades da Federação, mais o Distrito Federal, com o menor PIB *per capita* do país, conforme Gráfico 4.

Gráfico 4: PIB *per capita* por Unidade da Federação em 2022



Fonte: Sistema de Contas Regionais (2024).

Embora o país tenha registrado um crescimento nominal da renda *per capita* de 16,49% em 2023 em relação a 2022, passando de R\$ 1.625 para R\$ 1.893, essa expansão não ocorreu de forma homogênea entre as diferentes regiões. Algumas áreas tiveram um crescimento expressivo, enquanto outras permaneceram com avanços mais moderados, refletindo as desigualdades estruturais do país. No contexto do Nordeste, a Bahia apresentou um crescimento de 12,77%, com a renda *per capita* subindo de R\$ 1.010 para R\$ 1.139. Embora esse aumento seja inferior ao de Estados como o Amapá (29,14%) e Minas Gerais (25,44%), ele representa um progresso diante dos desafios históricos enfrentados pela economia baiana, como a baixa diversificação produtiva, a disparidade regional e as limitações na infraestrutura.



Tabela 3: Renda domiciliar *per capita* mensal

Ordem	Unidade da Federação	2022	2023	Var. (em %)
	Brasil	1.625	1.893	16,49
1	Distrito Federal	2.913	3.357	15,24
2	São Paulo	2.148	2.492	16,01
3	Rio de Janeiro	1.971	2.367	20,09
4	Rio Grande do Sul	2.087	2.304	10,40
5	Santa Catarina	2.018	2.269	12,44
6	Paraná	1.846	2.115	14,57
7	Mato Grosso do Sul	1.839	2.030	10,39
8	Goiás	1.619	2.017	24,58
9	Mato Grosso	1.674	1.991	18,94
10	Minas Gerais	1.529	1.918	25,44
11	Espírito Santo	1.723	1.915	11,14
12	Tocantins	1.379	1.581	14,65
13	Rondônia	1.365	1.527	11,87
14	Amapá	1.177	1.520	29,14
15	Roraima	1.242	1.425	14,73
16	Rio Grande do Norte	1.267	1.373	8,37
17	Piauí	1.110	1.342	20,90
18	Paraíba	1.096	1.320	20,44
19	Pará	1.061	1.282	20,83
20	Sergipe	1.187	1.218	2,61
21	Amazonas	965	1.172	21,45
22	Ceará	1.050	1.166	11,05
23	Bahia	1.010	1.139	12,77
24	Pernambuco	1.010	1.113	10,20
25	Alagoas	935	1.110	18,72
26	Acre	1.038	1.095	5,49
27	Maranhão	814	945	16,09

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostras em Domicílio/ Pnad Contínua.

Conforme demonstrado na Tabela 3, em 2023, a desigualdade de renda continua marcante, com disparidade entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres. Por exemplo: a renda *per capita* média dos 10% mais ricos foi de R\$ 4.340, enquanto a dos 10% mais pobres foi de apenas R\$ 139. Esse contraste revela uma concentração de renda extremamente elevada, em que os mais ricos tinham uma renda 31,2 vezes superior à dos mais pobres.

Destarte a isso, em 2023, 19% das famílias brasileiras foram beneficiadas pelo Bolsa Família, o que corresponde a cerca de um em cada cinco domicílios no país. Este é o maior índice já registrado, representando 14,7 milhões de lares. As regiões Norte e Nordeste apresentam as maiores proporções de domicílios com ao menos um beneficiário do Bolsa Família. O Nordeste lidera com 35,5%, seguido pelo Norte, com 31,7%. Em contraste, as regiões Sul e Sudeste registram as menores proporções, com 7,9% e 11,5%, respectivamente. No recorte por Unidades da Federação, a região Nordeste concentra o maior número de beneficiários em setembro, com 9,38 milhões de famílias. Em seguida, aparece à região



Sudeste, com 6,02 milhões, Norte 2,62 milhões, Sul 1,52 milhão e Centro-Oeste 1,14 milhão, conforme informações divulgadas na edição especial da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Paralelo a isso, de acordo com a Tabela 4, em 12 dos 27 Estados brasileiros, o número de beneficiários do programa Bolsa Família supera o de trabalhadores com carteira assinada (excluindo o setor público), evidenciando a profundidade da dependência desse benefício para grande parte da população. O Maranhão é o Estado que apresenta a maior vulnerabilidade, com uma realidade particularmente alarmante. Com apenas 659.163 mil empregos formais registrados, o Estado conta com 1.224.032 milhão de famílias recebendo o Bolsa Família, isto é, para cada trabalhador formal, há quase duas famílias que dependem do programa para garantir sua subsistência.

Tabela 4: Beneficiários do programa Bolsa Família X empregos com carteira assinada

Ordem	Estado	Beneficiários do Bolsa Família	Empregos com Carteira	Benefícios X Emprego
1	Maranhão	1.224.032	659.163	564.869
2	Pará	1.349.516	985.868	363.648
3	Bahia	2.456.516	2.133.291	323.225
4	Piauí	595.844	363.889	231.955
5	Paraíba	667.588	507.458	160.130
6	Amazonas	656.916	546.636	110.280
7	Alagoas	833.819	448.026	385.793
8	Pernambuco	1.575.188	1.500.459	74.729
9	Ceará	1.460.164	1.397.513	62.651
10	Sergipe	377.163	336.199	40.964
11	Amapá	122.359	93.943	28.416
12	Acre	131.983	110.015	21.968
13	Roraima	78.730	80.835	-2.105
14	Rio Grande do Norte	500.089	528.261	-28.172
15	Tocantins	157.095	258.716	-101.621
16	Rondônia	132.412	295.935	-163.523
17	Mato Grosso do Sul	207.074	682.053	-474.979
18	Espírito Santo	306.306	905.001	-598.695
19	Mato Grosso	258.379	969.992	-711.613
20	Distrito Federal	180.164	1.002.416	-822.252
21	Goiás	508.344	1.596.007	-1.087.663
22	Rio Grande do Sul	685.880	2.626.324	-1.940.444
23	Rio de Janeiro	1.643.671	3.858.826	-2.215.155
24	Santa Catarina	233.661	2.577.821	-2.344.160
25	Paraná	615.780	3.228.973	-2.613.193
26	Minas Gerais	1.589.427	4.959.208	-3.369.781
27	São Paulo	2.517.221	14.364.301	-11.847.080

Fonte: Edição especial PNAD Contínua, IBGE.



Seguido pelo Maranhão, o Estado do Pará conta com 1.349.516 beneficiários do programa Bolsa Família, enquanto registra 985.868 empregos formais com carteira assinada. Já a Bahia apresenta um número ainda mais expressivo, com 2.456.516 beneficiários do Bolsa Família e 2.133.391 empregos formais. A partir de dados recentes, observa-se que o número de beneficiários supera significativamente o de empregos com carteira assinada, refletindo desafios estruturais no mercado de trabalho e na distribuição de renda nessas regiões.

De acordo com dados de agosto de 2023, a Bahia é o segundo Estado brasileiro com o maior número de beneficiários do Bolsa Família, ficando atrás apenas de São Paulo. Logo, esses números refletem a abrangência do programa Bolsa Família, evidenciando sua importância no apoio às famílias em situação de vulnerabilidade social. As informações sobre os rendimentos familiares no Estado oferecem um retrato das desigualdades sociais, evidenciando não apenas a persistência da concentração de renda, mas também a complexidade dessa problemática ao longo do tempo. Essa desigualdade é um reflexo direto de uma herança histórica que se espalha por diferentes escalas espaciais, seja em nível local, regional ou nacional.

A concentração de renda na Bahia, como em várias outras regiões do Brasil, reflete profundas desigualdades estruturais que afetam o desenvolvimento econômico e social. Isso se evidencia não apenas em indicadores macroeconômicos, como o PIB *per capita* e a taxa de emprego formal, mas também em aspectos sociais como acesso à educação, saúde, infraestrutura e qualidade de vida. As desigualdades regionais, que são particularmente visíveis entre a capital, Salvador, e o interior do Estado, exacerbam essas disparidades, com áreas mais periféricas enfrentando altos índices de pobreza e exclusão social.

Panorama do mercado de trabalho baiano: informalidade e taxa de desocupação

Em relação ao Estado da Bahia, objeto deste estudo, além do desemprego elevado, a informalidade é um dos traços mais marcantes do mercado de trabalho. Atualmente, 53,7% da força de trabalho do Estado estão inseridas no setor informal, sem acesso a carteira assinada, previdência social ou qualquer tipo de proteção trabalhista. Esse percentual coloca a Bahia



entre os Estados com os mais altos índices de informalidade no país, superando a média nacional.

A situação dos jovens é ainda mais preocupante: 65,4% dos jovens ocupados na Bahia trabalham na informalidade, o que coloca o Estado como o terceiro pior do país nesse indicador. A juventude da Bahia, especialmente em regiões periféricas, está muitas vezes à margem do mercado de trabalho formal, enfrentando um futuro incerto, com dificuldades em acessar educação de qualidade e com poucas perspectivas de empregabilidade, o que gera uma transmissão intergeracional da pobreza. Muitos jovens, ao longo de suas vidas, permanecem em contextos de baixa renda familiar, com pouca mobilidade social.

A Tabela 5 mostra a taxa de informalidade média em diferentes regiões do Brasil em 2023, incluindo a Bahia. Ao comparar os dados de diferentes regiões, podemos observar a posição da Bahia em relação a outras regiões do país e entender o impacto da informalidade no mercado de trabalho. Em termos comparativos, a Bahia apresenta uma taxa de informalidade superior à média do Nordeste (51,1%) e muito mais alta do que a média nacional de 39,2%. Esse dado coloca a Bahia como um dos Estados com a maior incidência de trabalho informal no país. Quando comparamos a Bahia com outras regiões do Brasil, ela está em uma posição ainda mais crítica, já que a informalidade no Estado é maior do que em todas as outras regiões, incluindo o Norte (47,8%), o Sudeste (36,3%), o Centro-Oeste (34,2%) e o Sul (30,1%).

Tabela 5: Taxa de informalidade média no Estado da Bahia e demais regiões do Brasil – 2023

Estado/Região	Percentual (%)
Nordeste	51,1
Norte	47,8
Sudeste	36,3
Centro-Oeste	34,2
Sul	30,1
Brasil	39,2
Bahia	53,7

Fonte: IBGE – PNAD Contínua.

Esse quadro reflete um ciclo de subdesenvolvimento, no qual a economia local não consegue gerar postos de trabalho que atendam à crescente demanda por empregos formais e sustentáveis. A predominância da informalidade, portanto, não apenas limita a inclusão social e a redução das desigualdades, mas também impede o fortalecimento da economia do Estado. O aumento da informalidade no mercado de trabalho baiano é um reflexo das limitações



estruturais da economia, onde a baixa diversificação e a dependência de setores vulneráveis à economia global não contribuem para a criação de empregos estáveis e de qualidade.

Muitos trabalhadores dependem de atividades informais, como o comércio ambulante, a prestação de serviços sem contrato formal ou o trabalho rural sem registro, o que os coloca em uma situação de baixa segurança financeira. Isso se traduz em uma maior vulnerabilidade social, pois esses trabalhadores não têm acesso a direitos trabalhistas e benefícios como aposentadoria, licença-maternidade e seguro-desemprego. A informalidade no mercado de trabalho na Bahia está concentrada, principalmente, nos setores de comércio, agricultura e serviços, áreas com elevada rotatividade e baixos salários, que dificultam o acesso a direitos trabalhistas.

A informalidade traz uma série de problemas tanto para os trabalhadores quanto para a economia em geral. Alguns dos principais desafios incluem:

1. Falta de direitos trabalhistas: Trabalhadores informais não têm acesso a direitos garantidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), como férias, 13º salário, licenças, entre outros. Isso os torna vulneráveis a abusos por parte dos empregadores, sem uma rede de proteção.
2. Baixa segurança econômica: Sem um vínculo formal, os trabalhadores informais frequentemente enfrentam uma maior insegurança financeira. A falta de estabilidade no emprego e benefícios torna difícil planejar o futuro, especialmente em momentos de crise econômica ou pessoal, como problemas de saúde.
3. Impostos e contribuições não registrados: A informalidade leva à evasão fiscal, já que tanto os empregadores quanto os empregados deixam de pagar impostos sobre salários, como o INSS, que são essenciais para a seguridade social e para o financiamento de políticas públicas.
4. Dificuldades de acesso ao crédito: Sem um histórico formal de trabalho, os trabalhadores informais têm mais dificuldade para acessar crédito e financiamentos. Isso limita suas possibilidades de investimento, como na aquisição de bens duráveis ou até na criação de negócios próprios.



5. Desigualdade social e econômica: A informalidade contribui para a perpetuação de desigualdades, uma vez que os trabalhadores informais, muitas vezes, recebem salários mais baixos e estão em posições de maior vulnerabilidade. A falta de acesso a programas de capacitação e treinamento dificulta a ascensão social.
6. Precarização das condições de trabalho: A informalidade está frequentemente associada à precarização, como jornadas excessivas de trabalho, condições insalubres, falta de contratos formais e outras práticas que não garantem a saúde e o bem-estar do trabalhador.

Essa realidade impede que a nova geração tenha estabilidade financeira, acesso a direitos trabalhistas e oportunidades de crescimento profissional. A redução da pobreza e da desigualdade exige não apenas a manutenção de programas sociais essenciais, mas também uma estratégia eficaz para dinamizar a economia e criar empregos de maior qualidade, permitindo que cada vez menos pessoas precisem recorrer a essas transferências para sobreviver. Logo, a informalidade também distorce as estatísticas e dados econômicos, dificultando a formulação de políticas públicas eficazes. Sem dados precisos sobre o número de trabalhadores informais, o governo estadual tem dificuldade em planejar políticas de qualificação profissional, fomento ao empreendedorismo e inclusão social.

A informalidade, nesse sentido, não é um fenômeno isolado, mas sim um sintoma das deficiências estruturais da economia baiana. Historicamente, não apenas a informalidade, mas também a taxa de desocupação na Bahia sempre foi elevada, refletindo as dificuldades estruturais e as desigualdades econômicas que marcam o Estado. De acordo com a Tabela 6, ao longo das décadas, a Bahia tem enfrentado desafios persistentes para gerar empregos formais, o que resulta em uma taxa de desemprego que se mantém entre as mais altas do Brasil. Segundo os dados da Pnad Contínua, o Brasil registrou em 2024 a menor taxa de desocupação de sua história, 6,6%. No entanto, no Estado da Bahia, a taxa foi de 10,8%, acima da média nacional, evidenciando uma disparidade no mercado de trabalho. Além do mais, a Bahia apresenta a maior taxa média de desocupação entre os Estados brasileiros no período de 2012-2024, atingindo 14,65%. Esse indicador revela uma fragilidade estrutural no mercado de trabalho baiano, superando significativamente a média nacional de 10,05% no mesmo intervalo.

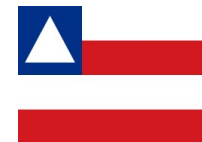


Tabela 6: Evolução da taxa de desocupação dos Estados brasileiros

Ordem	Estado	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Média (2012-24)
1	Bahia	11,4	11,5	9,8	11,3	16,2	16,6	16,6	16,3	20,3	21,3	15,1	13,2	10,8	14,65
2	Amapá	13,3	12,5	12,6	10,9	16,0	17,4	20,7	16,3	16,8	14,4	13,7	11,3	8,3	14,17
3	Pernambuco	9,3	8,8	8,2	10,3	15,1	17,0	16,2	15,2	17,1	20,2	15,9	13,4	10,8	13,65
4	Alagoas	11,4	10,3	9,8	11,5	14,5	17,4	16,6	14,5	19,4	18,7	12,0	9,2	7,6	13,30
5	Sergipe	10,3	10,2	8,9	9,2	12,1	14,4	16,5	15,5	19,6	20,6	13,1	11,4	9,0	13,14
6	Rio Grande do Norte	10,8	10,8	11,2	11,6	13,5	14,6	12,9	13,1	16,3	15,6	11,9	10,7	8,5	12,42
7	Amazonas	9,7	9,9	8,7	9,5	14,0	14,5	13,9	14,1	14,8	15,4	13,1	9,9	8,4	11,99
8	Rio de Janeiro	7,6	6,9	6,9	8,7	12,3	14,9	14,8	14,7	17,7	18,1	13,3	10,1	9,3	11,95
9	Distrito Federal	8,9	9,0	9,7	10,4	12,0	12,5	12,3	13,4	14,1	14,6	11,3	10,1	9,6	11,38
10	Maranhão	7,9	8,1	7,6	8,8	11,9	13,5	14,6	14,1	15,5	17,5	11,4	7,9	7,1	11,22
11	Acre	9,1	8,5	8,2	8,9	10,5	14,2	13,4	14,7	15,7	16,2	12,4	7,5	6,4	11,21
12	Paraíba	9,6	9,2	8,1	9,6	11,1	10,2	10,5	12,6	17,8	16,1	12,4	9,6	8,3	11,16
13	São Paulo	7,2	7,5	7,4	10,1	12,4	13,5	13,2	12,4	14,0	14,4	9,1	7,5	6,2	10,38
	Brasil	7,4	7,3	7,0	8,9	11,7	12,6	12,2	11,8	13,8	14,0	9,6	7,8	6,6	10,05
14	Ceará	7,8	7,7	7,1	8,8	11,9	12,4	11,6	11,1	13,3	14,0	9,4	8,5	7,0	10,05
15	Piauí	6,0	7,4	6,0	8,2	9,9	12,2	12,8	12,2	14,6	13,0	10,0	9,8	7,2	9,95
16	Roraima	8,0	7,8	7,5	8,9	8,7	10,5	13,0	14,9	16,6	13,8	4,9	6,6	7,5	9,90
17	Pará	7,4	7,1	7,8	9,4	11,4	11,4	11,6	10,6	10,5	13,0	9,7	7,7	7,2	9,60
18	Tocantins	7,9	7,1	6,6	9,8	12,2	10,9	10,9	12,0	11,2	14,2	7,6	5,8	5,5	9,36
19	Espírito Santo	7,4	6,8	7,1	9,0	12,4	13,0	11,0	10,3	12,9	12,7	8,5	5,7	3,9	9,28
20	Minas Gerais	6,7	7,0	6,7	8,8	11,3	12,1	10,8	10,3	12,7	12,1	7,7	5,8	5,0	9,00
21	Goiás	5,0	5,6	6,1	7,5	10,7	11,0	9,2	10,7	13,1	11,8	7,7	5,8	5,4	8,43
22	Rio Grande do Sul	5,4	5,0	5,5	6,3	8,1	8,5	8,3	7,8	9,4	8,8	6,4	5,4	5,2	6,93
23	Paraná	5,0	4,3	4,0	6,0	8,2	8,9	8,3	8,3	9,7	8,9	6,0	4,8	4,1	6,65
24	Mato Grosso do Sul	6,1	4,6	4,1	6,6	7,1	9,6	8,0	7,9	9,5	9,5	4,9	4,7	3,9	6,65
25	Rondônia	5,7	5,2	3,9	5,7	8,2	7,6	9,4	8,1	10,0	9,4	4,2	3,2	3,3	6,45
26	Mato Grosso	5,1	4,4	4,2	6,2	9,6	8,8	7,8	8,2	9,5	9,4	4,0	3,3	2,6	6,39
27	Santa Catarina	3,4	3,4	3,0	4,4	6,5	7,4	6,3	6,3	6,4	5,1	3,8	3,4	2,9	4,79

Fonte: IBGE – PNAD Contínua.



A elevada taxa de desemprego na Bahia é fruto de um complexo entrelaçamento de fatores históricos, econômicos, sociais e políticos. A situação da taxa de desocupação, quando analisada em conjunto com os altos índices de informalidade no mercado de trabalho, revela um cenário preocupante para a Bahia nos últimos anos. Os dados indicam uma realidade desafiadora, onde não apenas o desemprego formal persiste em níveis elevados, mas a falta de empregos com registro também continua a ser um obstáculo significativo. Essa combinação de fatores reflete as dificuldades estruturais do mercado de trabalho baiano, caracterizado pela escassez de oportunidades de emprego estável e pela crescente dependência de ocupações precárias e sem garantias trabalhistas. Além do mais, as taxas de desemprego no Estado têm se mantido consistentemente acima da média nacional, refletindo as dificuldades históricas e estruturais que impactam a geração de empregos.

Entre 2012-2016, a Bahia enfrentou uma elevada taxa de desocupação, com picos de 16,2% em 2015 e 16,6% em 2016, reflexo da crise econômica que impactou o Brasil como um todo. Embora o cenário tenha mostrado sinais de estabilidade em anos posteriores, a taxa de desemprego continuou alta, com destaque para 2020, quando a pandemia de Covid-19 levou a uma aceleração no fechamento de empresas e uma retração significativa do mercado de trabalho, resultando em uma taxa de 20,3%. A recuperação, embora gradual, não foi suficiente para reverter de forma substancial esse quadro. Entre 2021-2023, a taxa caiu lentamente para 13,2%, mas ainda assim está longe de ser uma situação ideal, refletindo desafios estruturais e a necessidade de políticas públicas mais eficazes para promover o crescimento econômico e a geração de empregos no Estado. Em 2024, a leve redução para 10,8% mostra uma leve melhora, mas o desemprego continua sendo uma das principais preocupações sociais e econômicas da Bahia.

Todavia, ao comparar a Bahia com os demais Estados do Nordeste no período de 2012-2024, observa-se que a taxa média de desocupação baiana (14,65%) é a mais alta da região, superando Pernambuco (13,65%), Alagoas (13,30%) e Sergipe (13,14%), que também apresentam indicadores elevados. Esse cenário reflete desafios estruturais, como alta informalidade, baixa diversificação econômica e dependência de setores vulneráveis a crises. Desde 2012, a taxa de desemprego na Bahia sempre foi mais alta do que a média do país, refletindo uma série de fatores como a concentração de renda, a falta de diversificação econômica e a baixa competitividade do mercado de trabalho. Apesar dos esforços para a melhoria da situação, a Bahia ainda se encontra em um ciclo de desemprego persistente, com a taxa de desocupação superior à média nacional por mais de uma década.



SEGUNDA PARTE

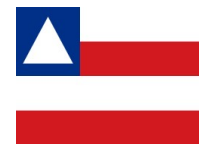
Principais mudanças na estrutura produtiva do Estado da Bahia

Transformações e tendências do VAB na economia da Bahia (2002-2022)

Na Tabela 7, análise da evolução do VAB dos setores da economia brasileira entre 2002-2022 revela tendências importantes, com variações significativas em diversos períodos. As principais mudanças na estrutura produtiva do Estado da Bahia refletem na transformação nos setores que mais contribuem para a economia estadual.

Tabela 7: VAB por setor e subsetor de atividade econômica, Bahia (2002-2022, R\$ bilhões a preços de 2022)

	2002	2014	2019	2020	2022	Var. anual média		
						2002-24	2015-19	2020-22
Agropecuária	23,6	33,5	32,4	35,8	40,1	3,0%	-0,6%	7,3%
Indústria	70,1	102,1	89,5	89,0	91,7	3,2%	-2,6%	0,8%
Indústrias extrativas	5,6	6,0	6,2	6,0	6,5	0,6%	0,7%	1,5%
Indústrias de transformação	46,5	67,2	57,4	57,3	55,1	3,1%	-3,1%	-1,4%
Eletricidade, gás, água e saneamento	6,9	9,5	11,9	12,2	14,4	2,7%	4,5%	6,6%



Construção	11,2	19,4	14,0	13,6	15,8	4,7%	-6,4%	4,2%
Serviços	159,6	232,1	221,4	206,9	221,9	3,2%	-0,9%	0,1%
Comércio	37,4	57,8	46,9	44,5	43,7	3,7%	-4,1%	-2,4%
Transporte, armazenagem e correio	7,5	12,3	11,4	9,7	11,1	4,2%	-1,5%	-0,9%
Informação e comunicação	4,0	5,3	4,6	4,4	5,1	2,4%	-2,7%	3,3%
Atividades financeiras e relacionadas	5,5	12,2	12,3	12,7	11,6	6,9%	0,2%	-2,0%
Atividades imobiliárias	14,9	26,2	27,8	27,8	29,1	4,8%	1,3%	1,5%
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	58,6	69,1	68,5	64,4	67,6	1,4%	-0,2%	-0,5%
Outros serviços	31,8	49,2	49,8	43,3	53,8	3,7%	0,2%	2,6%
VAB – Total	244,7	364,5	342,9	328,1	353,6	3,4%	-1,2%	1,0%

Fonte: Sistema de Contas Regionais (2024).

Entre os setores analisados, a agropecuária experimentou um crescimento significativo entre 2002-2014, com uma média de 3,0% ao ano. A partir de 2015, o setor sofreu uma desaceleração (-0,6%), principalmente devido a fatores como instabilidade econômica e questões climáticas. A recuperação no período de 2020-2022 foi notável, com um aumento de 7,3% ao ano, impulsionado pela demanda externa por produtos agrícolas e pela estabilidade do setor.

A indústria como um todo teve um desempenho robusto entre 2002-2014, com uma média de crescimento de 3,2%. Porém, entre 2015-2019, o setor foi fortemente impactado pela crise econômica, apresentando uma média de -2,6% ao ano. Esse declínio reflete a desaceleração da produção e a dificuldade em retomar os níveis de atividade econômica após a recessão. A recuperação entre 2020-2022 foi modesta, com uma variação média de 0,8%, mostrando que, embora o setor tenha superado os piores momentos da crise, ele não retornou ao ritmo de crescimento observado anteriormente. Quanto à indústria extrativa, o crescimento foi bastante modesto, com uma variação média de 0,6% entre 2002-2014 e um aumento mais notável de 1,5% entre 2020-2022. Já a indústrias de transformação, teve um desempenho notavelmente pior entre 2020-2022, com uma variação negativa de -1,4%, após uma queda acentuada de -3,1% entre 2015-2019.

O setor de eletricidade, gás, água e saneamento apresentaram um crescimento constante e notável ao longo dos anos, com uma média de 2,7% entre 2002-2014, e uma aceleração nos dois períodos seguintes. O aumento de 6,6% entre 2020-2022 reflete o impacto dos investimentos em infraestrutura, além da crescente demanda por serviços essenciais durante a pandemia, quando as famílias e as empresas precisaram de maior acesso a serviços básicos e de utilidade pública. O setor da construção teve uma queda acentuada entre 2015-2019, com uma variação anual média negativa de -6,4%, reflexo da crise econômica que atingiu fortemente o mercado imobiliário e a infraestrutura. No entanto, houve uma



recuperação no período mais recente (2020-2022), com um crescimento de 4,2% ao ano, impulsionado por investimentos em obras públicas e pela retomada de projetos privados após os períodos de incerteza.

O setor de serviços foi responsável por um crescimento substancial entre 2002-2014 (3,2% ao ano). Entre 2015-2019, enfrentou queda (-0,9%), refletindo a desaceleração da economia e o impacto da crise. A recuperação no período de 2020-2022 foi quase nula (0,1%), indicando que, apesar de uma leve recuperação, o setor não retornou ao ritmo de crescimento anterior, ainda lidando com os efeitos da pandemia, principalmente em áreas como turismo, lazer e serviços presenciais.

O comércio sofreu uma queda significativa entre 2015-2019 (-4,1%), devido à recessão econômica, e não conseguiu se recuperar completamente nos anos seguintes, com uma variação negativa de -2,4% entre 2020-2022. Esse desempenho reflete o impacto das mudanças no comportamento do consumidor durante a pandemia, com o fechamento de lojas físicas e o crescimento das compras *online*. Os "outros serviços" tiveram um crescimento constante, com uma variação positiva de 2,6% entre 2020-2022, refletindo a adaptação rápida do setor às novas demandas do mercado e a necessidade de serviços flexíveis e digitais.

Entre os diferentes setores econômicos, o período de 2002-2014 foi marcado pelo destaque das atividades financeiras e correlatas, com uma variação anual média de 6,90%, seguidas pelas atividades imobiliárias (4,80%) e pela construção (4,70%). Esses setores experimentaram um crescimento consistente impulsionado por fatores como a expansão do crédito, o *boom* do mercado imobiliário e a aceleração das obras de infraestrutura. Por outro lado, entre 2015-2019, o cenário econômico se deteriorou, e o destaque negativo foi o setor de construção, que registrou uma queda de -6,4%, refletindo a crise econômica e a diminuição de investimentos em obras públicas e privadas. A indústria de transformação também apresentou uma retração de -3,10%, devido à baixa competitividade, redução na demanda interna e dificuldades estruturais. O setor de informação e comunicação teve um desempenho igualmente negativo, com queda de -2,70%, impactado pela desaceleração do mercado e a adaptação das empresas à transformação digital.

No período seguinte, de 2020-2022, a recuperação de alguns setores foi notável. O destaque ficou para o setor de eletricidade, gás, água e saneamento, que apresentou uma variação média de 6,60%, refletindo a demanda crescente por serviços essenciais, especialmente em um contexto de pandemia. A construção, por sua vez, registrou um crescimento de 4,20%, apresentando sinais de recuperação em relação ao período anterior,



impulsionada pela retomada de obras de infraestrutura e projetos de construção civil. O setor de informação e comunicação também se destacou positivamente, com crescimento de 3,30%, beneficiado pelo aumento da demanda por tecnologias digitais e serviços online durante a pandemia.

Alguns setores ainda enfrentaram dificuldades nesse triênio. As atividades financeiras e correlatas apresentaram um crescimento negativo de -2,00%, refletindo a queda na rentabilidade e a redução no volume de crédito disponível. A indústria de transformação continuou em declínio, com uma variação negativa de -1,40%, enquanto o setor de transporte, armazenagem e correios também enfrentaram uma redução de -0,90%, impactado pelas restrições de mobilidade e pela redução no volume de serviços logísticos durante a pandemia. De modo geral, o setor agropecuário teve um desempenho positivo, com crescimento de 7,3% ao ano após 2020.

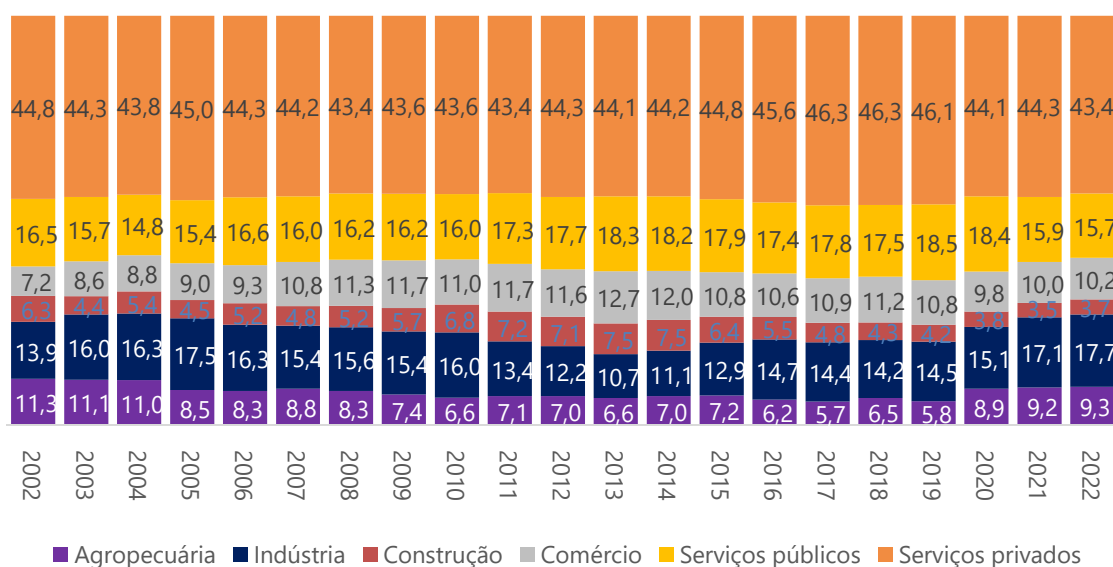
A indústria foi instável, com crescimento inicial seguido de quedas, especialmente na transformação industrial, que teve redução de -1,4% entre 2020-2022, embora segmentos como eletricidade, gás, água e saneamento tenham apresentado bom desempenho. O setor de serviços sofreu desaceleração entre 2015-2019 e teve crescimento pífio de 0,1% ao ano de 2020-2022. Quanto ao comércio, enfrentou uma queda, refletindo a crise econômica, enquanto a construção passou por retração durante a recessão, mas se recuperou entre 2020-2022.

Quanto à distribuição do Valor Adicionado Bruto (VAB) por grande setor de atividade econômica na Bahia, entre 2002-2022, reflete as dinâmicas e transformações estruturais que marcaram a economia estadual ao longo desse período. A análise dessa distribuição, conforme apresentado na Tabela 7, permite observar como diferentes setores desempenharam papéis distintos no desenvolvimento econômico do Estado. Ao longo dessas duas décadas, é possível perceber tanto o fortalecimento de alguns setores-chave quanto à desaceleração de outros, evidenciando as mudanças nas tendências produtivas e nos investimentos da Bahia. Essas variações não apenas refletem o contexto econômico global e nacional, mas também as políticas públicas, os avanços tecnológicos e as alterações nas demandas da população, que impactaram diretamente a estrutura econômica baiana.

Destarte a isso, o VAB permite compreender a contribuição de cada setor econômico na produção de bens e serviços. No caso da Bahia, a análise do VAB entre 2002-2022, apresentada no Gráfico 5, oferece uma visão detalhada das transformações estruturais que moldaram a economia do Estado, refletindo tanto as tendências globais quanto as

particularidades locais. A partir dessa análise, é possível obter uma compreensão mais aprofundada dos processos de reconfiguração econômica que ocorreram, evidenciando as mudanças nos setores predominantes e suas repercussões para o planejamento e a formulação de estratégias de desenvolvimento e crescimento.

Gráfico 5: Distribuição do VAB por grande setor de atividade econômica, Bahia (% , 2002-2022)



Fonte: Sistema de Contas Regionais (2024).

Conforme expõe o Gráfico, entre 2002-2022 a economia da Bahia passou por transformações estruturais, refletidas na evolução da distribuição do VAB por setores. O setor de serviços privados se manteve como o principal motor econômico, com uma participação predominante, superior a 43% durante toda a década. A partir de 2015, houve um aumento na relevância desse setor, que atingiu seu ápice com 46,3% de participação em 2017, 2018 e 2019. Após esse período, uma leve queda foi observada nos anos seguintes, com a participação se estabilizando em 43,4% em 2022.

O setor de serviços públicos desempenha um papel relevante na economia baiana, com sua participação variando entre 16,5% e 18,4% ao longo do período, atingindo 15,7% em 2022. O comércio, por sua vez, apresentou uma trajetória de variações entre 7,2% e 12,7%, encerrando 2022 com 10,2%. A construção civil se destacou até 2014, quando atingiu seu pico de 7,5%, mas sofreu uma forte desaceleração nos anos seguintes, terminando 2022 com apenas 3,7%. Em contraste, ao longo do período analisado, a indústria baiana apresentou oscilações em sua participação na economia estadual, mas manteve uma trajetória de



crescimento. Em 2002, o setor industrial representava 13,9% do VAB da Bahia, atingindo 17,7% em 2022. Porém houve momentos de queda significativa, com sua menor participação registrada em 2013 (10,3%) e 2014 (11,1%). O crescimento do setor industrial, especialmente a partir de 2019, está diretamente relacionado à redução da participação do setor público, que recuou de 18,5% em 2019 para 15,7% em 2022. No que diz respeito à agropecuária, o setor enfrentou uma retração entre 2002-2010, com sua participação no Valor Adicionado Bruto (VAB) diminuindo de 11,3% para 6,6%. Nos anos seguintes, iniciou um processo de recuperação, impulsionado, sobretudo a partir de 2019, e encerrou 2022 com uma participação de 9,3%.

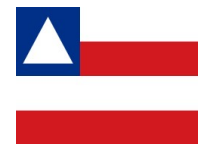
Em síntese, no último quadriênio (2019-2022), a estrutura produtiva da Bahia passou por uma redistribuição. A principal mudança ocorreu no setor de serviços públicos e privados, que reduziram sua participação no VAB. Os serviços privados recuaram de 46,1% para 43,4%, enquanto os serviços públicos de 18,5% para 15,7%. Em contrapartida, a indústria e a agropecuária ampliaram sua participação na economia estadual. O setor industrial cresceu de 14,5% para 17,7%, enquanto a agropecuária avançou de 5,8% para 9,3%.

Tendências setoriais da economia baiana

Para compreender melhor as mudanças setoriais e suas implicações no desenvolvimento econômico da Bahia, é essencial desagregá-las e analisá-las de maneira mais detalhada. Cada setor da economia baiana passou por diferentes fases de expansão e retração, influenciadas por fatores tanto internos quanto externos. Essas dinâmicas refletem a estrutura econômica do Estado, suas vulnerabilidades e as características de seu subdesenvolvimento, conforme discutido por Celso Furtado (1962).⁵

A seguir, apresentamos uma análise detalhada das tendências históricas de cada segmento de atividade econômica na Bahia — indústria, serviços, comércio e agricultura — ao longo do período de 2002-2024, levando em consideração as fases de crescimento,

⁵ Nos Estados subdesenvolvidos a maioria das pessoas está empregada em pequenos comércios, restaurantes, cabeleireiros, padarias e farmácias. Não há grandes indústrias *high tech*, nem serviços empresariais sofisticados e escaláveis. Não na inovação tecnológica, nem novos produtos. Não há economias de escala nem economias de escopo



estagnação e recuperação que caracterizaram o desempenho de cada setor. A análise permite uma compreensão mais abrangente dos fatores que influenciaram a dinâmica econômica do Estado.

Indústria

A análise do comportamento da indústria baiana seguirá dois procedimentos: primeiro, a investigação do crescimento absoluto de seus subsetores; segundo, das mudanças provocadas por essa dinâmica em termo da composição da atividade industrial.⁶ Tendo em vista os dados oficiais disponíveis, o primeiro desses procedimentos terá por base a PIM-PF, abrangendo o período entre 2002-2024; enquanto o segundo, a PIA – empresas, com dados até 2022.⁷

A julgar pelo comportamento do índice de produção da PIM-PF, praticamente todos os segmentos da indústria de transformação baiana registraram crescimento entre 2002-2013, porém poucos deles se expandiram em ritmo superior à média da economia estadual. Dentre os destaques positivos no período, vale menção à fabricação papel e celulose (5,90% ao ano), particularmente papel higiênico e pastas para fabricação de papel; produtos de minerais não-metálicos (5,60% ao ano), em especial cerâmicos para uso estrutural na construção e artefatos de concreto e cimento; e bebidas (5,30% ao ano), onde se destacam os refrigerantes.

Tabela 8: Taxa de crescimento anual da produção física industrial, por divisão de atividade
(%, 2002-2024)

	2002-13	2014-19	2020-24	2002-24
Indústrias extrativas	0,1%	-5,8%	-7,7%	-3,0%
Indústrias de transformação	2,7%	-3,0%	-2,4%	-0,1%
Alimentos	2,3%	1,4%	0,4%	1,8%
Bebidas	5,3%	3,7%	-1,1%	3,3%
Calçados e couro	-	-0,5%	6,1%	-
Papel e celulose	5,9%	-1,0%	0,4%	3,1%
Derivados de petróleo e biocombustíveis	3,0%	-6,5%	1,4%	0,9%
Produtos químicos	-0,1%	-5,4%	-0,8%	-1,0%
Material plástico e borracha	-	-0,1%	0,9%	-0,7%
Produtos de minerais não-metálicos	5,6%	-3,1%	0,3%	1,7%

⁶ Os principais indicadores disponíveis tratam do nível de produção bruto (produção física ou valor bruto de produção industrial). Os resultados podem divergir, portanto, do movimento geral do VAB, que considera o Valor Adicionado pela indústria, isto é, descontados insumos.

⁷ Para estabelecer a base de comparação com 2002, foram utilizados os dados da versão extinta da pesquisa, com a devida correspondência entre CNAEs.



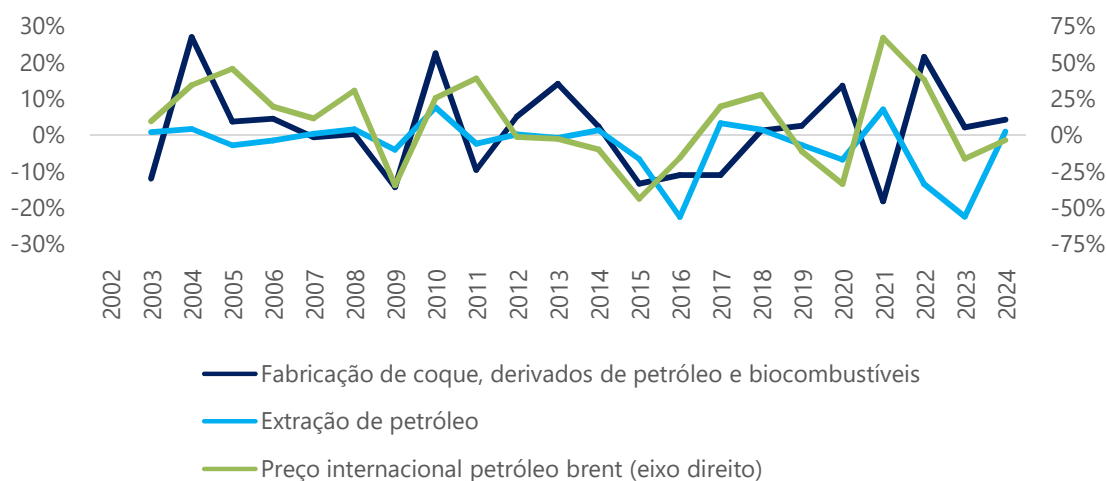
Metalurgia	1,3%	-5,2%	-18,5%	-6,2%
Indústria geral	2,6%	-3,1%	-2,8%	-0,3%

Fonte: Pesquisa Industrial Mensal Regional – Produção Física (2025).

Com exceção ao setor de produtos químicos (-0,10%), nos demais casos, foram registradas taxas de crescimento positivas, mas relativamente baixas no período 2002-2013. Embora as indústrias calçadista e têxteis não fossem pesquisadas regionalmente pelo IBGE no período, indicadores alternativos, como o volume de empregos gerados, sinalizam uma perda de dinamismo desses setores, em consequência da valorização cambial e do aumento da concorrência de produtos asiáticos. A indústria extrativa ficou praticamente estagnada no conjunto do período, devido às perdas sofridas pelas atividades de apoio à extração de petróleo já a partir de 2009. Essa dinâmica se repetiu na indústria química, que sofreu importantes baixas na produção de petroquímicos básicos.

O cenário se deteriorou ainda mais a partir de 2014, quando a crise econômica provocou fortes perdas na indústria estadual. Os impactos foram tamanhos que apenas as indústrias de alimentos e bebidas haviam superado os efeitos da crise até 2019. A crise se manifestou de forma mais grave no complexo petroquímico, com recuo de -6,5% ao ano na fabricação de derivados de petróleo e biocombustíveis; de -5,8% nas atividades extrativas; e de -5,4% nos produtos químicos. Esses resultados refletem a acentuada queda no preço do petróleo no mercado internacional a partir de 2014 (Gráfico 6), que afetou negativamente a rentabilidade do setor, incluindo as instalações em Camaçari.

Gráfico 6: Variação média anual do preço internacional do petróleo e da produção industrial física da indústria de derivados de petróleo e biocombustíveis na Bahia (2002-2024)



Fonte: PIM-PF (2025) e Trading Economics (2025).



A crise também foi sentida de forma muito intensa nos segmentos associados ao setor da construção, como a produção de minerais não-metálicos (-3,1% ao ano), metalurgia (-5,2% ao ano) e material plástico (-0,1% ao ano). Os ramos que chegaram mais perto de recuperar suas perdas foram o da fabricação de papel e celulose, calçados (que já vinha de patamar deprimido e passaram por diversificação para calçados sintéticos), além dos segmentos da indústria de material plástico mais associados ao consumo das famílias, em particular a fabricação de embalagens.

O período iniciado em 2020 teve impactos muito heterogêneos na indústria baiana. Por um lado, os setores mais dependentes de insumos importados, como a indústria química, a metalurgia e a fabricação de bebidas, foram extremamente prejudicados pelos gargalos nas cadeias de suprimento provocados pela pandemia, sofrendo com fortes pressões de custos, particularmente em 2022. A exceção foi o setor de derivados de petróleo e biocombustíveis, onde as altas nos preços internacionais elevaram a rentabilidade da produção, compensando as pressões de custos.

Outro evento extremamente relevante para o desempenho da indústria baiana no período foi o fechamento da fábrica da Ford, em 2021, representou um marco negativo para a indústria baiana, com impactos profundos e duradouros na economia do Estado. A decisão da montadora praticamente extinguiu a indústria automobilística na Bahia, levando à perda de aproximadamente sete mil empregos diretos e afetando milhares de trabalhadores em toda a cadeia produtiva. Além do impacto imediato sobre o mercado de trabalho, a saída da Ford reduziu a capacidade produtiva da indústria metalúrgica, setor que dependia da fabricação de automóveis.

Como resultado, entre 2020-2024, a produção metalúrgica no Estado registrou uma retração acumulada de 18,5%, refletindo a fragilidade da estrutura industrial local diante da perda de um grande investidor. A saída da Ford não apenas comprometeu a competitividade do setor manufatureiro, mas também evidenciou a vulnerabilidade da economia local a decisões estratégicas de grandes corporações. Da mesma forma, pequenas e médias empresas que forneciam insumos e componentes para a produção automobilística enfrentaram dificuldades financeiras, resultando no fechamento de negócios e na redução de investimentos no setor produtivo. O episódio reforça a urgência de políticas públicas voltadas à reindustrialização, à atração de novos investimentos e à redução da dependência de setores específicos, visando um crescimento econômico mais sustentável e resiliente para a Bahia.



A evolução setorial da economia baiana entre 2002-2024 revela um crescimento desigual entre os diferentes segmentos produtivos, evidenciando tanto avanços quanto desafios estruturais. Setores mais associados ao consumo das famílias e à construção civil apresentaram resultados positivos, impulsionados pelo aumento da demanda interna e por políticas de incentivo ao crédito e à habitação. Um dos principais destaques recentes foi a indústria calçadista, que registrou um crescimento médio de 6,1% ao ano entre 2020-2024, refletindo tanto a retomada do consumo quanto a modernização do setor, com a adoção de novas tecnologias e a reestruturação da produção. O crescimento da construção civil fomentou a produção de insumos industriais, beneficiando setores como materiais plásticos, que cresceram 0,9% ao ano, e cerâmica, com um avanço de 0,3%. Quando se observa o desempenho acumulado no período 2002-2024, percebe-se que os setores que mantiveram crescimento sustentado foram bebidas (3,3%), papel e celulose (3,1%), alimentos (1,8%) e produtos de minerais não metálicos (1,7%).

Por outro lado, algumas indústrias estratégicas enfrentaram retração, refletindo desafios estruturais, perda de competitividade e mudanças no cenário econômico global. A metalurgia, por exemplo, registrou uma queda média de 6,2% ao ano, impactada pela redução da demanda e por dificuldades logísticas. As indústrias extrativas também apresentaram um desempenho negativo, com retração de 3,0% ao ano, influenciadas pela volatilidade no preço das *commodities* e pela redução dos investimentos no setor. Já o segmento de produtos químicos encolheu 1,0% ao ano, pressionado pela concorrência internacional e pela instabilidade no mercado de insumos.

Na Tabela 9, observa-se que, no início do século, a indústria baiana era fortemente concentrada em dois segmentos principais. Os produtos químicos representavam 35,0% da produção industrial do Estado, seguidos pelos derivados de petróleo e biocombustíveis, que correspondiam a 17,9%. Juntos, esses setores totalizavam 52,9% da produção industrial da Bahia, evidenciando uma estrutura produtiva altamente dependente dessas atividades. Em seguida, apareciam as indústrias de alimentos (10,6%), metalurgia (7,9%) e automotiva (4,3%). Já o setor extrativo representava apenas 3,6% da produção industrial, sendo a maior participação de petróleo e gás (1,6%).



Tabela 9: Distribuição do valor bruto de produção industrial por grupo de atividade econômica (2002-2022)

	2002*	2013	2019	2022	Variações (p.p.)			
					2002-13	2014-19	2020-22	2002-22
Indústrias extrativas	3,6%	6,1%	5,2%	6,0%	2,5%	-0,9%	0,8%	2,4%
Petróleo e gás	1,6%	3,7%	2,6%	2,1%	2,0%	-1,1%	-0,5%	0,4%
Minerais metálicos	0,6%	1,2%	0,9%	2,4%	0,6%	-0,3%	1,5%	1,8%
Minerais não-metálicos	0,7%	0,8%	1,2%	1,1%	0,1%	0,4%	-0,2%	0,3%
Atividades de apoio à extração mineral	0,7%	0,5%	0,5%	0,5%	-0,2%	0,0%	0,0%	-0,2%
Indústrias de transformação	96,4%	93,9%	94,8%	94,0%	-2,5%	0,9%	-0,8%	-2,4%
Derivados de petróleo e biocombustíveis**	17,9%	18,7%	16,7%	12,5%	0,8%	-2,1%	-4,2%	-5,4%
Produtos químicos	35,0%	20,8%	20,7%	27,2%	-14,1%	-0,1%	6,5%	-7,8%
Alimentos	10,6%	9,6%	13,1%	15,1%	-1,0%	3,5%	2,0%	4,5%
Papel e celulose	3,8%	5,4%	5,6%	6,7%	1,5%	0,2%	1,1%	2,8%
Material plástico e borracha	2,0%	5,8%	6,7%	6,6%	3,8%	0,9%	-0,2%	4,6%
Máquinas, aparelhos e mat. elétricos	0,9%	2,3%	3,0%	3,8%	1,3%	0,7%	0,8%	2,8%
Metalurgia	7,9%	7,9%	6,1%	3,2%	0,1%	-1,9%	-2,9%	-4,7%
Manutenção, reparação e instalação	0,8%	0,9%	0,9%	3,0%	0,1%	0,0%	2,1%	2,2%
Bebidas	2,4%	2,2%	4,3%	2,9%	-0,3%	2,2%	-1,4%	0,4%
Produtos de minerais não-metálicos	1,2%	2,0%	1,7%	2,5%	0,7%	-0,3%	0,8%	1,3%
Calçados e couro	2,0%	1,9%	1,9%	2,1%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%
Eletrônicos e equip. informática	1,8%	1,3%	1,1%	2,0%	-0,5%	-0,2%	1,0%	0,2%
Têxteis	2,3%	1,1%	1,7%	1,6%	-1,2%	0,5%	-0,1%	-0,7%
Produtos de metal	1,1%	1,3%	1,2%	1,5%	0,2%	-0,1%	0,3%	0,4%
Vestuário e acessórios	0,5%	0,9%	0,8%	0,7%	0,4%	-0,1%	0,0%	0,2%
Automotivo	4,3%	9,5%	7,3%	0,1%	5,2%	-2,2%	-7,2%	-4,1%
Outros	2,0%	2,3%	2,0%	2,5%	0,3%	-0,3%	0,5%	0,6%

Fonte: Pesquisa Industrial Anual (2024).

* Dados de 2002 estimados a partir de correspondência CNAE com a versão antiga da PIA

** Dados de 2022 desconsiderados devido ao salto atípico no valor bruto de produção provocado pela guerra entre Rússia e Ucrânia e seus reflexos sobre os preços de *commodities* energética. Invés disso, repetem-se os dados de 2021, em linha com a dinâmica do VTI do setor.

Considerando o conjunto do período entre 2002-2022, o complexo que mais perdeu participação foi o petroquímico. Somadas, as indústrias químicas e de derivados de petróleo tiveram perda de 13,2 p.p ao longo da série, tendo sua participação reduzida para 39,7%. No primeiro caso, a queda ocorreu basicamente na primeira década do século, refletindo o declínio expressivo da produção de insumos químicos em um momento de crescimento robusto das demais indústrias. Somente nos últimos anos da série é que o setor apresentou certa retomada, porém em função do crescimento da produção de cosméticos e produtos de higiene e limpeza.

No caso dos derivados de petróleo, o encolhimento relativo teve início após a crise internacional de 2008, regredindo gradualmente desde então. A crise global de 2008 afetou não apenas o mercado de petróleo, mas também a dinâmica de consumo e produção no Estado, o que resultou em uma diminuição no peso relativo desse setor na economia baiana.



Desde então, o desempenho do setor de derivados de petróleo tem sido mais fraco em comparação a outros segmentos. O impacto negativo foi atenuado graças à expansão do segmento de biocombustíveis nos últimos anos. A crescente demanda por fontes de energia renováveis, juntamente com a estratégia de diversificação energética, desempenhou um papel fundamental em mitigar as perdas do setor tradicional de petróleo.

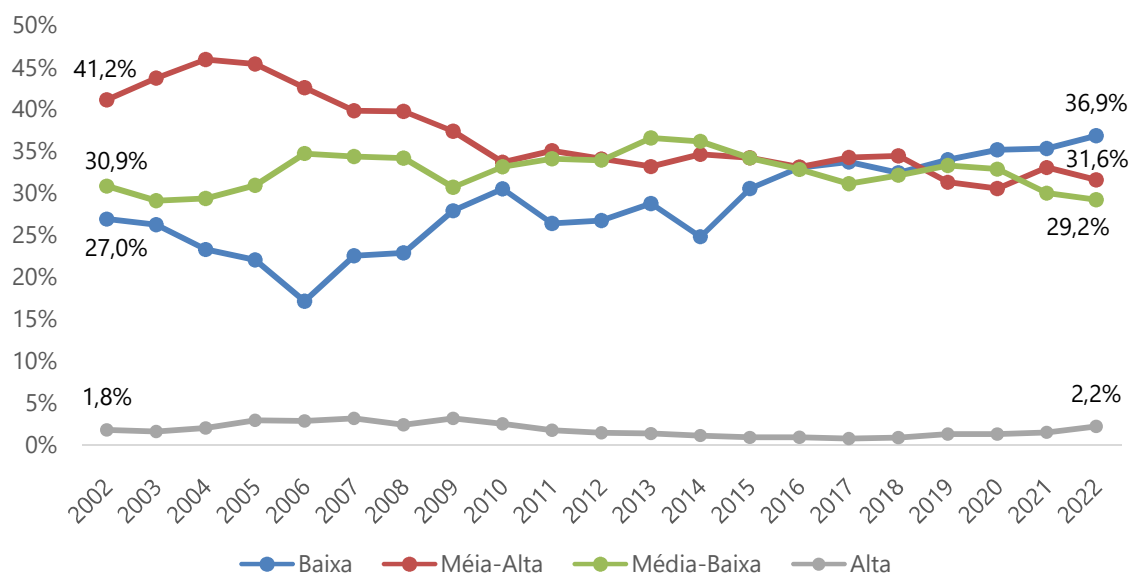
A desarticulação do setor automotivo levou não apenas ao desaparecimento da produção de veículos propriamente dita, mas também ao desmanche parcial das indústrias metalúrgicas. Embora já viesse em declínio ao longo de toda a série, a participação da metalurgia caiu 2,1p.p. somente em 2022, finalizando a série em apenas 3,2%. Ao longo da série histórica, o setor têxtil perdeu 0,7 p.p. na sua participação nas indústrias baianas, refletindo não apenas a maior competição externa, mas também a escassez de investimentos em inovação. O aumento na penetração de produtos importados foi um dos principais agentes externos que contribuiu para essa perda de competitividade. Essa retração no setor têxtil também teve um efeito multiplicador nas regiões onde as indústrias estavam concentradas, especialmente em municípios que dependiam fortemente da produção de vestuário e tecidos, enquanto os setores calçadistas e de confecção de vestuário permaneceram praticamente estagnados.

Na outra extremidade, destaca-se o crescimento relativo de setores mais básicos, ligados ao consumo das famílias, com ênfase em alimentos (+4,5 p.p.), material plástico e borracha (+4,6 p.p.) e papel e celulose (+2,8 p.p.). No setor de alimentos, o aumento foi impulsionado principalmente pelas atividades de abate e fabricação de produtos de carne, além de outros produtos alimentícios. A produção de embalagens, associada à indústria alimentícia, desempenhou um papel crucial no crescimento dos segmentos de plásticos e papel. Além disso, observou-se uma expansão significativa na fabricação de pneus, câmaras de ar, celulose e papel higiênico. Outro setor que se destacou foi à indústria elétrica (+2,8 p.p.), especialmente impulsionada pela fabricação de aparelhos eletrodomésticos. O crescimento da fabricação de produtos minerais não-metálicos (+1,3 p.p.) superou a média setorial, com destaque para a produção de estruturas pré-moldadas de concreto armado e obras em mármore e granito, que também apresentaram um bom desempenho nesse período.

Esses dados indicam que a produção industrial na Bahia é predominantemente composta por produtos de baixa complexidade, e que a participação desses itens no total do setor tem registrado um crescimento constante. Conforme o Gráfico 7, em 2002, apenas 27% das atividades industriais realizadas no Estado eram classificadas como de baixa intensidade

tecnológica. Embora essa participação tenha apresentado uma queda nos primeiros anos da série, ela passou a mostrar uma tendência de crescimento contínuo a partir do final da primeira década do século XXI, alcançando 36,9% em 2022, o maior índice da série histórica.

Gráfico 7: Distribuição do valor bruto da produção industrial por grupo de intensidade tecnológica (2002-2022)



Fonte: Pesquisa Industrial Anual (2024), com base na taxonomia da OCDE (2021).⁸

Esses produtos, caracterizados por baixo valor agregado e intensiva de em recursos naturais ou trabalho não-qualificado, ultrapassaram os produtos de intensidade média-baixa,⁹ cuja participação ficou praticamente estável ao longo da série, em torno dos 30%. Inversamente, o grupo de média-alta intensidade,¹⁰ que concentra a produção de insumos elaborados, bens duráveis e de capital, foi o que mais encolheu ao longo da série. O grupo, que era o principal do Estado no início do século, particularmente em função da indústria química, teve sua participação reduzida de 41,2% para 31,6% entre 2002-2022. Os produtos de alta intensidade tecnológica,¹¹ que nunca chegaram a ser representativos na economia baiana, mantiveram sua participação ínfima, 2,2% do valor bruto de produção.

⁸ Para mais detalhes, ver IPEA. Classificações tecnológicas: uma sistematização. 2014. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5984/1/NT_n17_classificacoes.pdf.

⁹ Produtos derivados do petróleo e biocombustíveis; produtos de borracha e de material plástico; produtos de minerais não-metálicos; metalurgia; produtos de metal; e atividades de manutenção, reparação e instalação.

¹⁰ Produtos químicos; máquinas, aparelhos e materiais elétricos; máquinas e equipamentos; veículos automotores, reboques e carrocerias; e outros equipamentos de transporte.

¹¹ Produtos farmoquímicos e farmacêuticos; e equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos.



Embora ainda não haja dados consolidados para os anos mais recentes da série, as informações apresentadas oferecem importantes indicativos sobre como as flutuações setoriais observadas até o momento impactaram e transformaram a composição da indústria baiana. Essas mudanças podem ser atribuídas a uma série de fatores, como alterações na demanda, avanços tecnológicos, mudanças nas políticas públicas e tendências globais de sustentabilidade e inovação. Tais flutuações não apenas influenciam a estrutura do setor, mas também moldam o perfil das atividades industriais, refletindo adaptações às novas realidades econômicas e às necessidades do mercado.

Serviços

O principal foco desta subseção é desagregar as principais atividades de serviços e analisar suas contribuições para o desempenho do setor ao longo do período analisado. Tendo em vista as limitações da PMS, cuja série se inicia apenas em 2011 e não conta com desagregações subsetoriais para o Estado da Bahia, ela será utilizada apenas para captar as tendências mais recentes, no recorte entre 2020-2024. Para o período anterior, recorreremos aos dados da PAS. Neste caso, a análise recai sobre o faturamento das empresas, enquanto na PMS o indicador diz respeito ao volume de serviços prestados. Em ambos os casos, os dados se restringem ao setor privado.

Os dados apresentados na Tabela 10 revelam que o crescimento dos serviços prestados às famílias, que orientaram a expansão do setor no ciclo observado até 2014, foi bastante disseminado entre os subsetores. No recorte entre 2007-2014, o principal destaque são as atividades de ensino continuado, cujo faturamento real dobrou em menos de sete anos. Além disso, houve expansão anual da ordem de 10,4% nos serviços pessoais; de 7,6% nos serviços de alojamento e alimentação; e de 7,2% nas atividades culturais, esportivas e recreativas.

Os transportes desempenharam um papel positivo no ciclo de crescimento observado até 2014. Ligadas à expansão industrial que marcou o início do período, as atividades de armazenamento e os serviços auxiliares aos transportes impulsionaram o desempenho do setor, com uma média de crescimento de 10% ao ano entre 2007-2014. Outros subsetores também apresentaram um crescimento robusto, como os "outros transportes", que cresceram



7% ao ano, as atividades de entrega, com um aumento médio de 5,5% ao ano, e os transportes rodoviários, que tiveram uma variação de 5,1% ao ano. Os serviços profissionais, administrativos e complementares, bem como outras atividades de serviços, também cresceram acima da média, com taxas em torno de 6% ao ano. Por outro lado, os piores desempenhos no período ficaram por conta dos serviços de informação e comunicação, além das atividades de manutenção e reparação.

Tabela 10: Receita bruta de serviços por tipo de atividade no setor privado (2007-2022, R\$ bilhões a preços de 2022)

	2007	2014	2019	2020	2022	Var. anual média		
						2007-14	2015-19	2020-22
Serviços prestados às famílias	6,0	10,5	10,9	6,9	14,3	8,2%	0,8%	9,5%
Alojamento e alimentação	5,0	8,4	9,0	5,2	12,1	7,6%	1,4%	10,2%
Cultura, esporte e recreação	0,5	0,8	0,7	0,6	0,8	7,3%	-2,7%	5,1%
Serviços pessoais	0,3	0,6	0,5	0,6	0,6	10,4%	-2,8%	2,7%
Ensino	0,2	0,7	0,7	0,5	0,9	19,4%	0,1%	9,1%
Serviços de informação e comunicação	14,1	13,5	9,3	8,4	10,7	-0,6%	-7,2%	4,8%
Serviços profissionais, adm. e complem.	13,4	20,1	18,6	19,3	28,0	6,0%	-1,6%	14,6%
Transportes, armazenagem e correio	15,8	24,4	25,2	20,1	29,9	6,4%	0,6%	5,9%
Transporte rodoviário	9,4	13,3	14,2	11,1	16,1	5,1%	1,2%	4,4%
Outros transportes	3,5	5,6	6,0	4,9	7,6	7,0%	1,5%	7,9%
Armazenamento e serv. aux. transportes	2,4	4,7	4,5	3,6	5,6	10,0%	-0,8%	7,6%
Atividades de entrega	0,5	0,8	0,5	0,4	0,6	5,5%	-10,5%	8,3%
Atividades imobiliárias	0,7	1,1	1,3	1,3	2,1	7,4%	3,7%	16,9%
Serviços de manutenção e reparação	0,8	1,0	1,0	0,9	1,0	2,8%	0,9%	0,0%
Outras atividades de serviços	2,4	3,6	2,9	2,9	4,2	5,8%	-4,4%	13,5%
Total	53,2	74,1	69,2	59,9	90,2	4,9%	-1,4%	9,3%

Fonte: Pesquisa Anual de Serviços (2024).

Com a chegada da crise econômica, a maioria das atividades enfrentou uma inversão de tendência, resultando em um período de estagnação e até retrocesso para diversos setores. A partir de 2017, iniciou-se uma lenta recuperação, mas o saldo do período entre 2015-2019 foi marcado por dificuldades. Os serviços prestados às empresas apresentaram desempenho ainda mais fragilizado. Em particular, as atividades de informação e comunicação sofreram uma queda expressiva de 7,2% ao ano, refletindo não só as dificuldades econômicas, mas também a transformação tecnológica e a diminuição do investimento em áreas como mídia tradicional e telecomunicações. Outro setor que sofreu grandes quedas foi o de transportes, especialmente nas atividades de entregas de mercadorias, que registraram uma queda média de 10,5% ao ano. A desaceleração do consumo, o aumento dos custos operacionais e os impactos das novas políticas econômicas e fiscais resultaram em dificuldades para o setor,



afetando a logística e as cadeias de suprimentos, além de limitar o crescimento das empresas de transporte.

Até 2019, alguns segmentos da economia brasileira conseguiram superar os patamares de 2014, mesmo após a crise econômica. Entre eles, destacam-se as atividades imobiliárias, os transportes rodoviários e os serviços de alimentação. O setor imobiliário experimentou uma recuperação gradual, beneficiado pela queda das taxas de juros e pela retomada de investimentos em construção, além de uma demanda contínua por imóveis residenciais e comerciais, impulsionada pela urbanização. Os transportes rodoviários, por sua vez, se destacaram principalmente devido ao aumento das exportações, especialmente de produtos agrícolas, o que gerou uma demanda constante por transporte de mercadorias, tanto para o mercado interno quanto para o externo. Já os serviços de alimentação, intensivos em trabalho e com baixas barreiras de entrada, conseguiram absorver parte da mão-de-obra excedente gerada pela crise.

Durante o período mais crítico da pandemia de Covid-19, diversos setores da economia brasileira sofreram impactos severos devido às medidas restritivas implementadas para conter a disseminação do vírus. Entre os mais afetados, destacam-se as atividades de alimentação e alojamento, que enfrentaram quedas drásticas nas receitas, da ordem de 42%. O fechamento temporário de bares, restaurantes, hotéis e outros estabelecimentos comerciais, assim como as limitações impostas aos eventos e ao turismo, resultaram em uma crise sem precedentes para esses setores, que dependem fortemente da presença física e da interação social. A queda na demanda por serviços de hospedagem, somada à redução drástica do fluxo de turistas e consumidores, gerou um colapso financeiro em muitos negócios, forçando uma adaptação rápida ao novo cenário, como a implementação de serviços de *delivery* e a busca por soluções alternativas de operação.

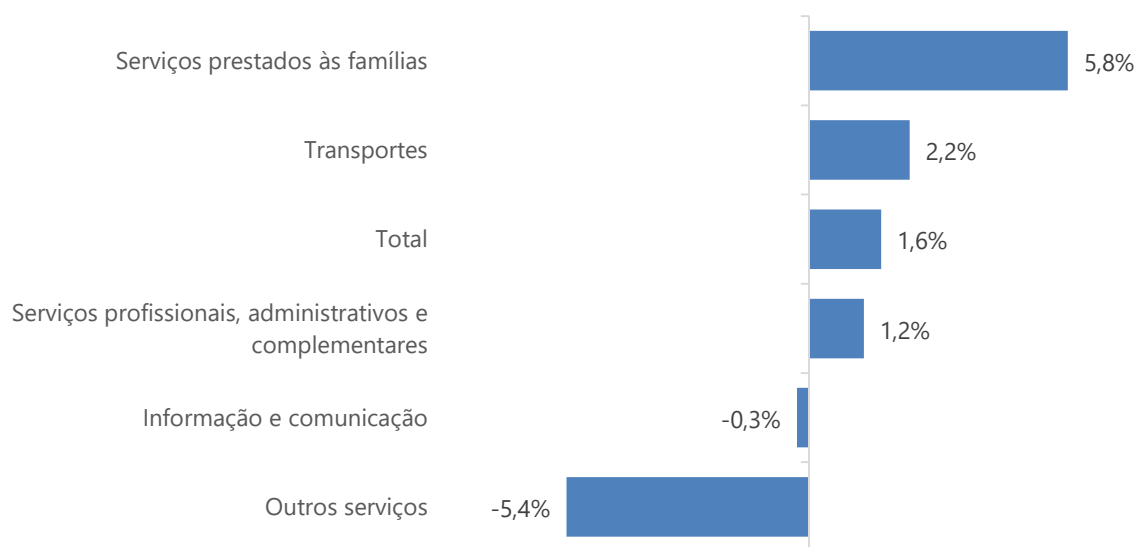
Além desses, outros setores também experimentaram perdas significativas devido às restrições sanitárias. O setor de ensino foi duramente afetado pela interrupção das atividades presenciais, com escolas e universidades sendo forçadas a adotar o ensino remoto. Embora a transição para o digital tenha sido um desafio em muitas regiões, as perdas no setor não se limitaram apenas à redução de receitas das instituições educacionais, mas também à dificuldade de acesso ao ensino por parte de estudantes de diversas classes sociais, exacerbando desigualdades preexistentes.

No transporte de passageiros, a paralisação de voos, a redução do transporte público e a queda nas viagens de longo curso causaram uma perda acentuada de demanda, o que

prejudicou especialmente o setor aéreo e o transporte urbano. As restrições de circulação e o medo do contágio impactaram diretamente o movimento de passageiros, resultando em falências e cortes de serviços essenciais. Já os serviços pessoais, que abrangem uma ampla gama de atividades como cabeleireiros, manicures, estúdios de ginástica e cuidados com a saúde estética, também sofreram com as medidas de distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos, acarretando uma queda considerável na demanda.

No Gráfico 8, no acumulado do período 2020-2024, o volume de serviços prestados às famílias registrou expansão anual média de 5,8%, com destaque para o segmento de bares e restaurantes. Já os transportes tiveram alta de 2,2% ao ano, com forte crescimento nas atividades de transporte rodoviário de carga. Nos serviços prestados às empresas, o crescimento médio foi de 1,2% ao ano, destacando-se as atividades de limpeza, apoio a edifícios e vigilância. Por outro lado, os “outros serviços”, formado majoritariamente por atividades financeiras e imobiliárias, acumularam queda de 24% no volume de serviços no período, apesar dos ganhos em termos de faturamento.

Gráfico 8: Taxa de crescimento anual média do volume de serviços prestados (2020-2024)



Fonte: PMS (2025)

Embora seja difícil compatibilizar os indicadores de volume da PMS com os dados da PAS, esta fonte permite analisar as principais mudanças na composição do setor, ainda que restritas ao período entre 2007-2022. Nesse recorte, a maior (e única) perda relativa ocorreu nos serviços de informação e comunicação, cuja participação no agregado caiu mais que pela



metade, saindo de 26,5%, para 11,9%. Os dados da Tabela 11 refletem as transformações na economia baiana ao longo de 15 anos, com alguns setores demonstrando resiliência e crescimento, enquanto outros enfrentaram retração, impactados por fatores externos como a pandemia e as mudanças tecnológicas.

Tabela 11: Distribuição da receita bruta de serviços por tipo de atividade no setor privado (2007-2022)

	2007	2014	2019	2022	Variações (p.p.)			
					2007-14	2015-19	2020-22	2007-22
Serviços prestados às famílias	11,3%	14,1%	15,8%	15,9%	2,8%	1,6%	0,1%	4,6%
Alojamento e alimentação	9,4%	11,3%	13,0%	13,4%	1,9%	1,7%	0,3%	3,9%
Cultura, esporte e recreação	0,9%	1,1%	1,0%	0,9%	0,2%	-0,1%	-0,1%	0,0%
Serviços pessoais	0,6%	0,8%	0,8%	0,6%	0,2%	-0,1%	-0,1%	0,1%
Ensino	0,4%	0,9%	0,9%	0,9%	0,5%	0,1%	0,0%	0,6%
Serviços de informação e comunicação	26,5%	18,2%	13,4%	11,9%	-8,3%	-4,7%	-1,6%	-14,6%
Serv. profissionais, adm. e complementares	25,2%	27,1%	26,9%	31,1%	2,0%	-0,2%	4,2%	5,9%
Transportes, armazenagem e correio	29,7%	32,9%	36,4%	33,1%	3,2%	3,5%	-3,3%	3,4%
Transporte rodoviário	17,7%	18,0%	20,5%	17,9%	0,3%	2,5%	-2,6%	0,2%
Outros transportes	6,5%	7,5%	8,7%	8,4%	1,0%	1,2%	-0,3%	1,9%
Armazenamento e serv. aux. transportes	4,5%	6,3%	6,5%	6,2%	1,8%	0,2%	-0,3%	1,7%
Atividades de entrega	1,0%	1,1%	0,7%	0,6%	0,0%	-0,4%	0,0%	-0,4%
Atividades imobiliárias	1,2%	1,5%	1,9%	2,3%	0,2%	0,4%	0,4%	1,1%
Serviços de manutenção e reparação	1,5%	1,3%	1,5%	1,1%	-0,2%	0,2%	-0,3%	-0,4%
Outras atividades de serviços	4,5%	4,8%	4,2%	4,7%	0,3%	-0,7%	0,5%	0,1%
Total	100%	100%	100%	100%				

Fonte: Pesquisa Anual de Serviços (2024).

Com isso, as serviços profissionais, administrativos e complementares (ganho de 5,9 p.p. ao longo da série) e transportes (alta de 3,4 p.p.) se tornaram os dois maiores segmentos do setor. Em 2022, eles chegaram a representar, respectivamente, 31,1% e 33,1% de todo o faturamento do setor de serviços baiano. Outro segmento que ganhou relevância ao longo da série foram os serviços prestados às famílias, cuja participação saltou de 11,3% em 2007, para 15,9% em 2022. Esse ganho relativo se concentrou nos serviços de alojamento e alimentação, que já representam 13,4% das receitas de todo o setor.

Após o choque inicial da pandemia, a maioria dos segmentos experimentou uma recuperação sólida, com destaque para o final de 2021, quando as restrições foram flexibilizadas e as empresas começaram a retomar suas operações com mais confiança. A vacinação teve um papel crucial nesse processo. À medida que a imunização contra o Coronavírus avançava e a população se sentia mais segura, a confiança dos consumidores e dos empresários foi gradualmente restaurada. Com a pandemia controlada, os baianos voltaram a frequentar estabelecimentos, realizar viagens e retomar os serviços que haviam



sido adiados, como os cuidados pessoais e a alimentação fora de casa. Esse comportamento resultou em uma recuperação mais rápida para os setores de comércio, serviços e turismo.

Comércio

O comércio foi um dos setores da economia baiana que mais cresceu na primeira década do século XXI, mas também um dos mais prejudicados pela conjuntura de crise que marcou a segunda década. Para detalhar esse processo, a principal fonte será a PMC, uma vez que os dados da PAC permitem poucas desagregações subsetoriais (apenas por divisão CNAE). No entanto, a PAC será importante para analisar o crescimento do segmento atacadista, que não é contemplado pela PMC na maior parte da série.

Os dados apresentados na Tabela 12 revelam que o ciclo de crescimento do comércio varejista observado até 2014 foi impulsionado, especialmente, pelas vendas de bens de consumo duráveis. Nesse período, as vendas de móveis e eletrodomésticos cresceram 16,1% ao ano, enquanto as de automóveis, motocicletas e autopeças tiveram alta de 9% ao ano. Em ambos os casos, o desempenho foi favorecido pela forte expansão do crédito à pessoa física no período, em particular o consignado.

Tabela 12: Taxa de crescimento médio anual do volume de vendas no comércio varejista ampliado, por atividade (2002-2024)

	2002-14	2015-19	2020-24	2002-24
Combustíveis	1,1%	-8,0%	1,1%	-1,0%
Super e hipermercados, alimentos e bebidas	4,5%	-4,6%	-0,3%	1,3%
Super e hipermercados	5,3%	-3,5%	0,5%	2,2%
Vestuário e calçados	5,1%	-5,4%	-3,0%	0,8%
Móveis e eletrodomésticos	16,1%	-0,4%	-2,0%	7,9%
Móveis	-	-3,5%	-3,9%	-
Eletrodomésticos	-	0,9%	-1,0%	-
Farmácias, perfumaria, cosméticos e material médico*	11,1%	-0,1%	8,4%	7,5%
Papelarias e livrarias*	6,6%	-12,0%	-19,5%	-5,3%
Informação, comunicação e material de escritório*	3,3%	-10,2%	-3,5%	-1,9%
Outros artigos de uso pessoal e doméstico*	17,8%	1,3%	-1,8%	8,4%
Concessionárias e autopeças	9,0%	-2,3%	0,9%	4,0%
Material de construção*	3,4%	-2,4%	2,6%	1,7%
Total*	7,6%	-3,3%	0,0%	2,9%

Fonte: PMC (2025)

* Início de série em 2004, devido à ausência de dados setoriais nos anos anteriores.



Os segmentos mais diretamente ligados à renda apresentaram um crescimento expressivo ao longo do período analisado. Entre eles, destacam-se os supermercados e hipermercados, que, sendo responsáveis pelo maior volume de vendas do setor, registraram uma expansão média de 5,3% ao ano. O comércio de vestuário, acessórios e calçados também acompanhou essa tendência, com um crescimento anual de 5,1%. Já as farmácias e estabelecimentos voltados para perfumaria, cosméticos e material médico tiveram um avanço ainda mais significativo, atingindo uma taxa de 11,1% ao ano. O maior destaque foi o comércio de artigos de uso pessoal e doméstico, que liderou o crescimento do setor com uma alta de 17,8% ao ano, impulsionada principalmente pela expansão das lojas de departamento.

O comércio de materiais de construção e de artigos de informação, comunicação e material de escritório registrou uma expansão anual de aproximadamente 3%, refletindo a demanda constante por esses bens, tanto por consumidores finais quanto por empresas. Esse crescimento pode estar associado ao aquecimento do setor imobiliário, à digitalização crescente e à modernização dos espaços de trabalho. Por outro lado, o único segmento que apresentou um crescimento mais modesto no período foi o de combustíveis e lubrificantes, com uma taxa de apenas 1,1% ao ano. Esse desempenho mais contido pode estar relacionado a fatores como a estabilização do consumo de combustíveis, a busca por maior eficiência energética e, possivelmente, ao aumento da adoção de fontes alternativas de energia, como veículos elétricos.

Os dados da PAC indicam que o comércio atacadista apresentou um desempenho ainda mais robusto ao longo do período analisado, especialmente até 2013, quando se beneficiou do ciclo de expansão da indústria e da agropecuária no Estado. Durante essa fase de crescimento, o setor atacadista foi impulsionado pelo aumento da demanda por insumos e produtos, refletindo o dinamismo da atividade econômica local. A partir de 2014, o cenário começou a mudar. Com o agravamento da crise econômica nacional e a desaceleração do setor produtivo baiano, o comércio atacadista entrou em uma trajetória de retração, afetado pela menor atividade industrial, pela redução dos investimentos e pela queda do consumo. Esse ciclo de declínio persistiu por vários anos, sendo revertido apenas em 2022, quando o setor voltou a registrar sinais de recuperação, impulsionado por um ambiente econômico mais favorável e pela retomada da atividade produtiva.

No comércio varejista, a crise se manifestou a partir de 2015, mediante a deterioração do consumo das famílias. O declínio do período entre 2015-2019 foi liderado pelo comércio de alimentos e pelos super e hipermercados, com retração de 4,6% ao ano. O cenário negativo



para a renda também prejudicou as vendas de artigos de vestuário e calçados (-5,4% ao ano), de papelarias e livrarias (-12% ao ano) e de informática, telecomunicações e material de escritório (-10,2% ao ano).

O consumo de bens duráveis sofreu uma contração significativa entre 2014-2016, fortemente impactado pelo rápido encarecimento do crédito e pela perda de poder aquisitivo das famílias. Esse período foi marcado por uma deterioração do mercado de trabalho, com aumento do desemprego e queda da renda real, fatores que desestimularam compras de maior valor, como eletrodomésticos, veículos e móveis. A elevação das taxas de juros tornou o financiamento mais caro e restritivo, reduzindo o acesso ao crédito, um elemento essencial para a aquisição desse tipo de bem. Somente a partir de 2017, com a gradual redução das taxas de juros e a implementação de políticas de estímulo ao consumo, o setor começou a dar sinais de recuperação. A melhora nas condições de crédito, aliada a uma leve retomada da confiança dos consumidores, permitiu uma reativação das vendas, ainda que de forma moderada e desigual entre os segmentos.

Entre 2015-2019, o setor de bens duráveis enfrentou um período desafiador, refletindo os impactos prolongados da crise econômica e da lenta recuperação do consumo. No acumulado desses cinco anos, as vendas de móveis sofreram uma queda expressiva de 3,5% ao ano, evidenciando a dificuldade das famílias em realizar investimentos de maior valor em um cenário de restrição financeira. A demanda por materiais de construção também foi impactada, com uma retração média de 2,4% ao ano, resultado da desaceleração do mercado imobiliário e da redução nos investimentos em reformas e melhorias residenciais. O segmento automotivo, incluindo concessionárias e lojas de autopeças, registraram um recuo de 2,3% ao ano, refletindo o alto custo do crédito para financiamentos, a menor confiança do consumidor e a incerteza econômica, que levaram muitas famílias e empresas a postergar a substituição de veículos e peças.

Até 2019, apenas dois segmentos conseguiram recuperar o volume de vendas observado antes da crise: o comércio de eletrodomésticos e o de artigos de uso pessoal e doméstico. A recuperação dos eletrodomésticos pode estar associada à melhora gradual das condições de crédito e os incentivos ao consumo, como promoções e facilidades de parcelamento. Já o segmento de artigos de uso pessoal e doméstico se beneficiou de uma demanda mais resiliente e da expansão de canais de venda, como o comércio eletrônico, que ganhou maior relevância no período.

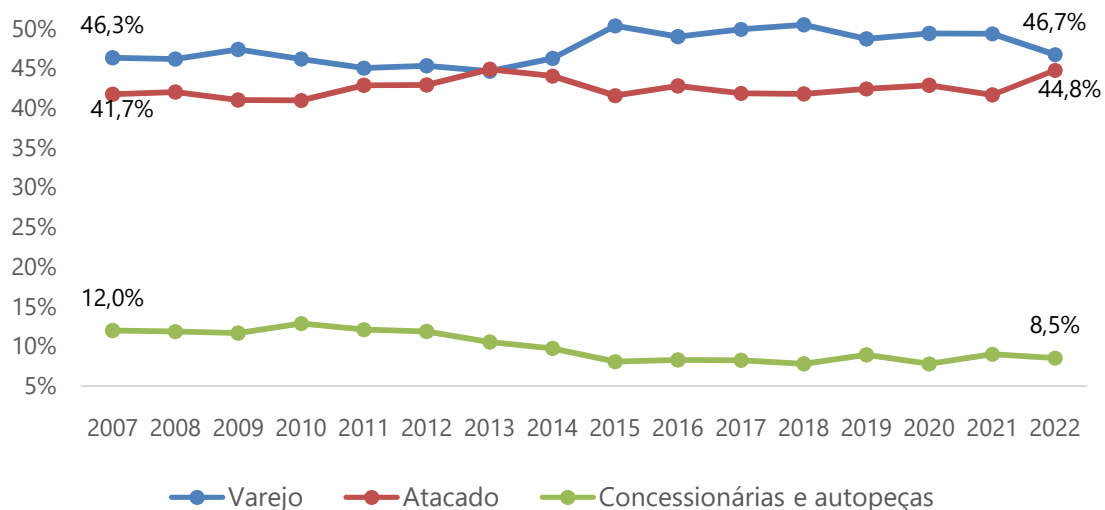


Embora tenha sido um dos setores mais afetados pelos impactos iniciais da pandemia de Covid-19, o comércio varejista demonstrou recuperação em 2021. Esse avanço foi impulsionado pelo aumento do consumo de bens essenciais, pelo fortalecimento das políticas de transferência de renda para as famílias de menor poder aquisitivo e pela flexibilização da política monetária, que resultou em condições mais favoráveis para o crédito. A alta da inflação de bens em 2022 interrompeu essa trajetória de retomada, reduzindo o poder de compra das famílias e elevando os custos operacionais do setor. Como consequência, o desempenho do varejo ao longo do período 2020-2024 foi marcado por oscilações, encerrando o ciclo com um saldo praticamente nulo.

Nesse período, os segmentos com piores resultados foram aqueles mais prejudicados pelos aumentos de preços, em particular o comércio de artigos de informação e comunicação e equipamentos de escritório (-3,5% ao ano), de vestuário e calçados (-3,0% ao ano), de móveis e eletrodomésticos (-2% ao ano) e de outros artigos de uso pessoal e doméstico (-1,8% ao ano). Por outro lado, as vendas em farmácias e lojas de perfumaria, cosméticos e material médico, cuja demanda inclusive cresceu durante a pandemia, continuaram em ritmo forte de expansão, da ordem de 8,4% ao ano. A queda das taxas de juros, particularmente entre 2020-2021, também permitiram uma retomada nas vendas de bens duráveis, em particular materiais de construção (2,6% ao ano) e, em menor medida, do setor automotivo (0,9% ao ano).

No acumulado de toda a série histórica, as atividades varejistas que mais ganharam em participação na economia baiana foram as lojas de departamento, farmácias e o comércio especializado em eletrodomésticos. Já as maiores perdas relativas ficaram por conta dos postos de gasolina e das lojas especializadas em equipamentos de informática, telecomunicações e escritório.

Gráfico 9: Distribuição da receita bruta de revenda de mercadorias por divisão do comércio
(2007-2022)



Fonte: PAC (2024)

Em termos da participação no setor comercial como um todo, o varejo ficou praticamente estável até 2013, ganhando participação nos anos seguintes, até sofrer nova queda relativa em 2022. O segmento atacadista apresentou o movimento inverso, tendo um forte salto em 2022, devido ao aumento da inflação de bens. Assim, o atacado teve sua participação elevada de 41,7% para 44,8% ao longo da série, em tendência que não deve ter se mantido nos anos seguintes, quando os preços se normalizaram. Esse ganho relativo ocorreu em detrimento do comércio de veículos, peças e motocicletas, cuja participação caiu 3,5 p.p. entre 2007-2022 (Gráfico 8).

Agricultura

Os dados da Produção Agrícola Municipal (PAM) confirmam a tendência observada nas Contas Regionais, evidenciando um forte crescimento da produção agrícola na Bahia até 2011, com uma taxa média de expansão de 5,5% ao ano. Esse avanço foi impulsionado por diversos fatores, como a modernização do setor, a ampliação da área plantada, o aumento da produtividade e as condições climáticas favoráveis em grande parte do período. Além disso,



políticas públicas de incentivo à agricultura, aliadas ao crescimento da demanda interna e externa por produtos agrícolas, contribuíram para a consolidação desse ciclo de expansão.

De 2012-2019, a agricultura passou por uma fase de instabilidade, caracterizada por flutuações na produção, com um crescimento médio de apenas 0,3%, em contraste com os 5,5% registrados no período de 2002-2011. Esse desempenho mais volátil foi resultado da combinação de desafios climáticos, como períodos de seca prolongada, e de fatores econômicos adversos, incluindo a queda nos preços de *commodities* agrícolas, a redução dos investimentos no setor e incertezas relacionadas à política agrícola nacional.

Pós-2020, a produção agrícola na Bahia voltou a crescer de forma consistente, retomando um ritmo médio de expansão de 5,5% ao ano. Esse novo ciclo de crescimento foi impulsionado por uma série de fatores, como o avanço tecnológico no campo, o uso de práticas agrícolas mais eficientes, a ampliação do crédito rural e a recuperação da demanda global por alimentos. O fortalecimento das exportações agrícolas e a diversificação da produção ajudaram a consolidar essa retomada, colocando o setor como um dos motores do crescimento econômico estadual. A Tabela 13 apresenta a desagregação desses resultados segundo os principais gêneros produzidos no Estado.

Tabela 13: Valor da produção agrícola por cultivo (2002-2023, R\$ bilhões a preços de 2023)

	2002	2011	2019	2023	Var. anual média		
					2002-11	2012-19	2020-23
Soja (em grão)	2,2	6,5	10,7	17,0	12,6%	6,4%	12,3%
Algodão (em caroço)	0,5	6,5	6,8	7,3	31,5%	0,7%	1,7%
Milho (em grão)	1,2	2,4	1,9	2,9	8,2%	-2,8%	11,8%
Cafê (em grão)	0,8	1,9	1,7	2,4	10,1%	-1,4%	8,2%
Canephora	-	0,6	0,9	1,5	-	4,7%	12,7%
Arábica	-	1,3	0,8	0,9	-	-5,6%	2,5%
Cacau (em amêndoa)	2,2	1,8	2,1	2,4	-1,8%	1,5%	3,1%
Manga	0,4	0,6	1,2	1,6	5,2%	8,8%	8,1%
Banana (cacho)	1,3	1,7	1,7	1,5	3,3%	0,0%	-2,3%
Tomate	0,3	0,7	0,9	0,9	9,6%	2,1%	1,6%
Cana-de-açúcar	3,4	2,2	0,7	0,8	-4,6%	-12,6%	1,0%
Batata-inglesa	0,2	0,8	1,1	0,7	15,5%	4,7%	-9,8%
Cebola	0,2	0,6	0,6	0,7	13,2%	-0,4%	3,8%
Feijão (em grão)	1,4	0,9	0,8	0,6	-4,5%	-1,5%	-5,1%
Mandioca	2,9	1,5	0,8	0,6	-6,9%	-8,5%	-4,6%
Maracujá	0,2	0,7	0,4	0,5	14,2%	-6,8%	7,3%
Mamão	0,9	1,3	0,5	0,5	3,6%	-11,7%	-0,7%
Outros	2,9	3,9	3,2	2,8	3,5%	-2,5%	-3,6%
Total	21,0	34,1	35,0	43,3	5,5%	0,3%	5,5%

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (2024).



A expansão da fronteira agrícola rumo à região do Matopiba — que abrange áreas do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia — transformou significativamente o Oeste Baiano ao longo das últimas décadas. Impulsionada pelo avanço tecnológico no campo e pelo aumento da demanda global por *commodities*, essa expansão levou à conversão de extensas áreas de vegetação nativa do cerrado em terras cultiváveis, consolidando a região como um dos maiores polos do agronegócio no Brasil desde o início do século XXI.

Dentre as culturas mais representativas desse processo, a soja se destacou como o principal vetor de crescimento econômico no Oeste Baiano. O investimento em mecanização, insumos de alta produtividade e técnicas avançadas de manejo, aliados à infraestrutura logística crescente, permitiram ganhos contínuos na produção e na competitividade do setor. Apesar da instabilidade econômica observada no agregado do setor agrícola ao longo dos anos, o valor da produção de soja na região manteve uma trajetória ascendente durante toda a série histórica. Entre 2002-2023, o crescimento médio do valor produzido atingiu 10,1% ao ano, refletindo tanto a ampliação da área plantada quanto o aumento da produtividade e a valorização das *commodities* no mercado internacional. Essa expansão também trouxe desafios, como a necessidade de maior regulação ambiental, investimentos em infraestrutura sustentável e a busca por um equilíbrio entre crescimento econômico e conservação dos recursos naturais.

Assim como a soja, os cultivos de algodão, milho e café também foram impulsionados pelo aquecimento da demanda global, particularmente chinesa, no ciclo observado até 2011, apresentando taxas de crescimento de 31,5%, 8,2% e 10,1% ao ano, respectivamente. Com a alta demanda asiática e a redução da oferta global ao final da primeira década do século, a produção de algodão, em especial, teve um salto histórico. Seu valor de produção, que era de R\$ 548 milhões em 2002, passou para R\$ 6,5 bilhões em 2011, consolidando-se como o segundo principal cultivo do Estado baiano.

A fruticultura também apresentou salto importante na primeira década do século, muito em função da expansão de áreas irrigadas pelo Rio São Francisco e melhorias no manejo do solo da região. Os principais destaques do período ficam por conta da produção de mamão (alta de 3,5% ao ano), manga (5,2% ao ano) e maracujá (14,2% ao ano). O desenvolvimento da irrigação, combinado com o aquecimento da demanda interna, também fomentou a produção de gêneros básicos como tomate, batata-inglesa e cebola. Nesses casos, as taxas de crescimento médias anuais entre 2002-2011 foram de 9,6%, 15,5% e 13,2%, respectivamente.



As principais exceções à conjuntura de crescimento foram os cultivos de cacau, no qual a Bahia é o maior produtor no país (-1,8% ao ano), cana-de-açúcar (-4,6% ao ano), feijão (-4,5% ao ano) e mandioca (-6,9% ao ano). Em geral, esses cultivos sofreram com perda de competitividade ante outras regiões produtoras e, principalmente, com a substituição da área plantada por outros cultivos, em particular grãos para exportação. Além da soja, foram poucos os cultivos que apresentaram crescimento no período entre 2012-2019. Dentre eles, destaque para a produção de manga, na qual a Bahia se tornou líder nacional, café *canephora* e batata-inglesa.

Nas outras principais culturas, o cenário foi de queda ou estagnação. As perdas mais importantes foram registradas na produção de milho (-2,8% ao ano), café arábica (-5,6% ao ano), cana-de-açúcar (-12,6% ao ano), mandioca (-8,5% ao ano) e frutas como maracujá, mamão e melancia. Esses resultados refletem a redução nos preços internacionais (particularmente nos casos do milho e do café) e problemas climáticos enfrentados no Estado, como as secas prolongadas.

O período iniciado em 2020 se caracteriza por uma concentração da produção agrícola no Estado. Com exceção do algodão, os outros cinco principais produtos agrícolas tiveram forte expansão entre 2020-2023. Além da continuidade da expansão da fronteira agrícola no Oeste Baiano, a valorização dos grãos no mercado internacional desempenhou um papel crucial na consolidação da região como um polo estratégico do agronegócio brasileiro. Isso porque a crescente demanda global por alimentos, especialmente na Ásia, com destaque para a China, impulsionou os preços das *commodities* agrícolas, tornando a produção de soja e outros grãos ainda mais rentáveis. Essa valorização elevou o valor das exportações e atraiu investimentos públicos e privados, resultando em um ciclo de crescimento. Esse *boom* agrícola também impôs desafios significativos, como a pressão sobre os recursos naturais, o desmatamento e a necessidade de políticas públicas para garantir a sustentabilidade do crescimento em longo prazo.

Por outro lado, o cenário recente revela um contraste significativo para os gêneros alimentícios mais voltados ao mercado interno, com a produção de algumas culturas essenciais experimentando perdas expressivas. Entre os principais produtos afetados, destacam-se a banana, a batata-inglesa, o feijão e a mandioca, que apresentaram declínios acentuados no valor de sua produção entre 2020-2023, com destaque para os recuos no valor de produção de banana (-2,3% ao ano entre 2020-2023), batata-inglesa (-9,8% ao ano), feijão (-5,1% ao ano) e mandioca (-4,6% ao ano).



A concentração da agricultura baiana, especialmente em direção a grãos para exportação, pode ser observada a partir da Tabela 14, que apresenta a distribuição da produção agrícola por gênero ao longo da série. Os dois principais cultivos do Estado, soja e algodão, ganharam 28,6 p.p. e 14,3 p.p. em participação, respectivamente, entre 2002-2023. A dependência de um número reduzido de culturas pode deixar o setor vulnerável a flutuações no mercado global e a mudanças climáticas.

Tabela 14: Distribuição do valor da produção agrícola por cultivo (2002-2023)

	2002	2011	2019	2023	Variações (p.p.)			
					2002-11	2012-19	2020-23	2002-23
Soja (em grão)	10,7%	19,2%	30,6%	39,3%	8,5%	11,4%	8,7%	28,6%
Algodão (em caroço)	2,6%	19,0%	19,5%	16,9%	16,3%	0,5%	-2,6%	14,3%
Milho (em grão)	5,6%	7,0%	5,4%	6,8%	1,4%	-1,6%	1,4%	1,2%
Café (em grão)	3,9%	5,7%	5,0%	5,5%	1,8%	-0,7%	0,5%	1,6%
Cacau (em amêndoa)	10,3%	5,4%	5,9%	5,4%	-4,9%	0,5%	-0,5%	-4,9%
Manga	1,8%	1,8%	3,4%	3,7%	-0,1%	1,6%	0,3%	1,9%
Banana (cachorro)	6,0%	4,9%	4,8%	3,5%	-1,0%	-0,1%	-1,3%	-2,4%
Tomate	1,6%	2,2%	2,5%	2,2%	0,6%	0,3%	-0,3%	0,6%
Cana-de-açúcar	16,1%	6,5%	2,1%	1,8%	-9,6%	-4,3%	-0,3%	-14,3%
Batata-inglesa	1,0%	2,2%	3,1%	1,7%	1,2%	0,9%	-1,5%	0,7%
Cebola	0,9%	1,7%	1,6%	1,5%	0,8%	-0,1%	-0,1%	0,6%
Feijão (em grão)	6,4%	2,6%	2,3%	1,5%	-3,8%	-0,4%	-0,8%	-5,0%
Mandioca	13,9%	4,5%	2,2%	1,4%	-9,4%	-2,3%	-0,7%	-12,4%
Maracujá	1,1%	2,1%	1,2%	1,3%	1,1%	-1,0%	0,1%	0,2%
Mamão	4,4%	3,7%	1,3%	1,0%	-0,7%	-2,4%	-0,3%	-3,4%
Outros	13,8%	11,5%	9,1%	6,4%	-2,2%	-2,4%	-2,8%	-7,4%
Total	100%	100%	100%	100%				

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (2024).

Além dos expressivos ganhos nas produções de soja e algodão, a Bahia experimentou também avanços mais modestos, mas ainda significativos, em outros cultivos importantes, como manga, café, milho, batata-inglesa, tomate, cebola e maracujá. Por outro lado, o setor agrícola baiano experimentou perdas consideráveis em algumas culturas tradicionais. O setor açucareiro foi o mais afetado, com uma queda de 14,3 p.p. em sua participação no valor da produção. Outras perdas significativas ocorreram em cultivos tradicionais como a mandioca, que perdeu 12,4 p.p. em sua participação na produção, e o feijão, que sofreu uma diminuição de 5,0 p.p. seguido do cacau com 4,9 p.p.



Considerações finais

Este Boletim buscou traçar um panorama da economia baiana entre 2002-2024, identificando suas oscilações e as principais mudanças em sua estrutura produtiva. O período analisado foi marcado por uma fase de crescimento econômico até 2014, seguido por um período de crise e recuperação lenta dos níveis de atividade econômica até 2019. O cenário se agravou com os impactos da pandemia da Covid-19 em 2020, porém registrando rápida retomada nos anos seguintes.

A análise dos setores econômicos, importante destacar que as atividades agrícolas não podem ser consideradas um sistema econômico complexo, uma vez que carecem de um encadeamento robusto entre as diferentes etapas do processo produtivas. Tomando como exemplo a indústria automotiva, podemos observar o extenso encadeamento de componentes – motor, carcaça, pneus, chassi, vidros, bancos – que geram uma rede de interdependências e especializações produtivas. Na agricultura, esse tipo de estrutura é significativamente mais limitado, com poucos elos entre o produto final e os insumos iniciais.

A incorporação de novas tecnologias determina a ocorrência de rendimentos de escala crescentes para o setor manufatureiro, fato que termina estimulando a demanda por manufaturados. Como consequência, há um aumento dos investimentos com tendência à formação do investimento autônomo. No caso da indústria baiana, e também brasileira, há um processo de desarticulação das cadeias produtivas, o que acaba restringindo a capacidade de a indústria gerar as condições para o crescimento do produto. Assim, o processo de expansão industrial não é autoalimentado e, em longo prazo, não haverá diversificação da estrutura produtiva.

O melhor posicionamento das empresas brasileiras no mercado externo, sobretudo as ligadas ao agronegócio, contribuiu para a melhoria do saldo comercial nacional. Mas essa pauta exportadora não resultou em um aumento da complexidade exportadora do país, ou seja, prevaleceram as vantagens comparativas. Portanto, a agricultura, mesmo em sua versão moderna, não necessariamente impulsiona a diversificação produtiva, nem promove a inovação tecnológica de forma sistemática. Sua estrutura ainda apresenta limitações quando comparada a outros setores da economia que buscam maior complexidade e inovação.



Destarte a isso, a elevada informalidade no mercado de trabalho da Bahia, aliada às altas taxas de desocupação, representa um dos principais entraves estruturais ao desenvolvimento econômico do estado. Esse cenário não apenas dificulta a geração de empregos de qualidade, mas também compromete a criação de uma rede de proteção social eficiente. Como consequência, trabalhadores enfrentam barreiras no acesso a benefícios trabalhistas e previdenciários, além de terem oportunidades limitadas de qualificação profissional e ascensão social. É justamente nesse contexto que perpetua um ciclo vicioso de baixa produtividade e vulnerabilidade econômica, dificultando a redução das desigualdades e o desenvolvimento regional.

Além disso, o mercado de trabalho com suas características periféricas possui elevada heterogeneidade, presença disseminada do subemprego, excedente estrutural de mão de obra, elevada rotatividade do emprego (curta duração), empregos de baixos salários, pejetização (dispensar um empregado com registro em carteira e recontratá-lo na forma de pessoa jurídica) e elevada informalidade (sem proteção social previdenciária), mesmo com ascensão quantitativa das políticas fiscais creditícias e financeiras. O desaparecimento da indústria transformou, não somente o Estado da Bahia, mas o país numa economia de pequenos comércios, sem sofisticação produtiva, na qual a síntese é a expansão das Micros e Pequenas Empresas.

No contexto da realidade social, a análise dos dados sobre o Bolsa Família revela a profundidade da dependência do benefício em várias regiões do Brasil, especialmente do Estado da Bahia, onde as proporções de famílias atendidas são significativamente mais altas. Em nível nacional, 19% das famílias brasileiras foram beneficiadas, atingindo 14,7 milhões de lares, com destaque para a região Nordeste, que concentra 35,5% dos domicílios com pelo menos um beneficiário. Já na Bahia, são 2,46 milhões de beneficiários e 2,13 milhões de empregos formais, revelando desafios estruturais no mercado de trabalho e na distribuição de renda. Esse cenário reforça a necessidade de políticas públicas voltadas para a diversificação da economia, o fortalecimento do setor produtivo, ampliação dos investimentos públicos e a ampliação da qualificação profissional da população.

A estrutura produtiva do Estado da Bahia apresenta fragilidades que impactam diretamente seu crescimento econômico. Essas fragilidades decorrem da baixa diversificação setorial, da dependência de setores de baixa complexidade, da informalidade no mercado de trabalho e da insuficiente infraestrutura para o desenvolvimento industrial e tecnológico. Embora a agropecuária tenha registrado crescimento expressivo em determinados períodos,



sua estrutura produtiva é relativamente simples, com poucos elos de encadeamento produtivo e baixa capacidade de geração de empregos qualificados. Ao contrário da indústria, que possui uma rede de interdependências entre fornecedores, fabricantes e distribuidores, a produção agrícola tende a ser mais linear, o que limita seus efeitos multiplicadores sobre a economia local.



Referências

BACEN – Banco Central do Brasil. **Índice de atividade econômica (IBC)** – BA e BR. 2024.

Disponível em:

<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries> - Acesso em: 30 dez. 2024.

EP – **Estimativas de População [IBGE]**. 2022. Disponível em:

<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas> - Acesso em: 28 fev. 2022.

MDS – Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Relatório de Programas e Ações. 2025. Disponível em:

<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/?aM=0&codigo=29&aM=0> - Acesso em: 03 jan. 2025.

PAC – **Pesquisa Anual de Comércio**. [IBGE]. 2024. Disponível em:

<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pac/tabelas> - Acesso em: 20 dez. 2024.

PAM – **Pesquisa Agrícola Municipal**. [IBGE]. 2024. Disponível em:

<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas> - Acesso em: 02 jan. 2025.

PIA – **Pesquisa Industrial Anual - Empresas**. [IBGE]. 2024. Disponível em:

<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pia-empresa/tabelas> - Acesso em: 20 dez. 2024.

PIM-PF – **Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física** [IBGE]. 2025. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9296-pesquisa-industrial-mensal-producao-fisica-regional.html?=&t=downloads> - Acesso em: 12 jan. 2025.

PMC – **Pesquisa Mensal de Comércio**. [IBGE]. 2025. Disponível em:

<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pmc/tabelas> - Acesso em: 12 jan. 2025.

PMS – **Pesquisa Mensal de Serviços** [IBGE]. 2025. Disponível em:

<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pms/tabelas> - Acesso em: 12 jan. 2025.

RAIS – **Relação Anual de Informações Sociais** [MTE]. 2024. Disponível em:

<https://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php> - Acesso em: 03 jan. 2025.

SCN – **Sistema de Contas Nacionais** [IBGE]. 2025. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html> - Acesso em: 10 jan. 2025.



SCR – **Sistema de Contas Regionais** [IBGE]. 2024. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html> - Acesso em: 17 dez. 2024.

SCR – Sistema de Contas Regionais [IBGE]. **Tabelas de Recursos e Usos**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?edicao=34530> - Acesso em: 10 dez. 2024.

TRADING ECONOMICS. **Brent Crude Oil Prices**. 2025. Disponível em:

<https://tradingeconomics.com/commodity/brent-crude-oil> - Acesso em: 06 jan. 2025.